O jornal do Distrito Federal desde 15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador: Edmundo Bittencourt

Edição impressa em Brasília

EDIÇÃO DISTRITO FEDERAL

Brasília, Terça-feira, 17 de Novembro de 2026 www.correiodamanha.com.br Ano CXXV Nº 25.145 DF: R$ 4,00 Outros estados R$ 5,00

Região integrada do DF pode passar a reunir 5 milhões de moradores, em 49 municípios

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) - PÁGINA 15

Próximo de ser aprovado, ajuste fiscal divide a esquerda e o PT

Corte de R$ 60 bilhões no orçamento gera conflitos entre pragmáticos e desenvolvimentistas

PÁGINA 6

Fim da escala 6x1 acirra impasse entre Congresso e Supremo

PÁGINA 7

O recado que Bolsonaro queria dar a Marinho e Tereza Cristina

CAPPELLI - PÁGINA 2

CENTRÃO QUER CARGOS. MAS FIDELIDADE...



RICARDO STUCKERT/PR

Lula volta ao Brasil disposto a conversar para formar sua base

O presidente Lula volta ao Brasil depois da participação na COP31 disposto a negociar com o Centrão para ampliar sua base. Os partidos querem ministérios de maior peso neste quarto governo. Mas não garantem votar sempre de acordo com o Planalto.

PÁGINA 5

Celina Leão discute orçamento com bancada do DF

PÁGINA 15

DIVULGAÇÃO/CNT



Rodovia no Acre: trafegar por estradas ruins sai muito caro para o país

Buraco nas estradas sai caro

Enquanto país discute ajuste fiscal, pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT) mostra estado precário das rodovias e quão caro para o país é a falta de investimento em infraestrutura.

RUDOLFO LAGO - PÁGINA 4

DF tem 44 casos confirmados de MPox em outubro e novembro

PÁGINA 14

Estagflação bate à porta do país e PT culpa o BC de Gabriel Galípolo

O fantasma da estagflação assombrou a capital do país com a divulgação do índice de atividade econômica do BC, uma prévia do PIB que deve ser usado na decisão sobre os juros básicos da economia.

CORREIO POLÍTICO - PÁGINA 7

Repórter do Correio é finalista de prêmio

CORREIO BASTIDORES - PÁGINA 5

MARCELO MORALES

O AJUSTE FISCAL E O FUTURO DA CIÊNCIA NO BRASIL

PÁGINA 8

FILIPE DENKI

RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO AGRONEGÓCIO

PÁGINA 8



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O recado de Bolsonaro a Tereza Cristina e Rogério Marinho

■ Jair Bolsonaro foi impedido por Alexandre de Moraes de receber as visitas de Rogério Marinho (PL) e Tereza Cristina (PP), que disputam a preferência do campo conservador na eleição à presidência do Senado. Mas o recado que o ex-presidente queria passar aos dois senadores é o seguinte: Tereza e Marinho não podem manter a candidatura até o dia do pleito, no dia 1º de fevereiro.

■ Bolsonaro avalia que a divisão de votos dos dois candidatos tende a beneficiar Davi Alcolumbre (União Brasil), atual presidente do Senado que conta com o apoio do governo Lula e da maioria dos ministros do STF — incluindo Alexandre de Moraes — para permanecer no comando do Congresso Nacional.

■ O ex-presidente pretendia pedir a Tereza Cristina e Rogério Marinho, ministros de seu governo, que unam forças na disputa com Alcolumbre. Bolsonaro acredita que os dois parlamentares têm legitimidade para colocar suas candidaturas e que Marinho, também filiado ao PL, é comprometido com pautas que considera importantes. O ex-mandatário também demonstra apreço por Tereza Cristina.

■ Bolsonaro quer que um dos dois recue para apoiar o que tiver mais viabilidade, ou seja, mais votos dentro do Senado.

■ A eleição para a presidência do Senado será realizada por votação secreta, com a participação dos 81 senadores. Para vencer em primeiro turno,

TON MOLINA



Bolsonaro avalia que a divisão de votos dos dois candidatos tende a beneficiar Alcolumbre

o candidato precisa obter a maioria absoluta dos votos, ou seja, pelo menos 41. Caso nenhum dos concorrentes alcance esse número, haverá um segundo turno entre os dois mais votados. O presidente eleito terá mandato de dois anos, até fevereiro de 2029

"Habeas corpus não é brincadeira": STJ dá bronca em homem que ajuizou 430 ações

■ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) repreendeu um homem que ajuizou 430 ações na Corte, incluindo 304 habeas corpus, por supostamente utilizar o Judiciário para "ganhar cinco minutos de fama" e prejudicar seu funcionamento. O episódio, que inclui uma resposta irônica do autor dos processos à advertência judicial, foi reproduzido em uma decisão da ministra Cármen Lúcia (STF).

■ "Habeas Corpus não é instrumento para brincadeira, para passar o tempo vago, para chicana judicial, para se ganhar cinco minutos de fama, para travar o funcionamento do Judiciário", afirmou o STJ.

■ A advertência não parece ter intimidado o homem. Após ser comunicado de uma decisão, ele respondeu com uma mensagem em tom de deboche, afirmando que continuava apresentando dezenas de ações à Justiça.

■ "O tempo que essa ciência foi escrita, mais de 50 HCs foram criados em um único dia. Bom Trabalho! Pois Ganha o infinito para isso!", escreveu.

■ Segundo o STJ, o homem apresentou centenas de processos mesmo sem capacidade postulatória, ou seja, sem habilitação legal para atuar em juízo nas situações que exigem representação por advogado. O tribunal apontou que parte das ações não tinha fundamento jurídico mínimo e que o comportamento comprometia o funcionamento da Justiça.

■ Vladmir Putin e Claudia Leite

■ Entre os pedidos apresentados estavam a execução dos mandados de prisão expedidos pelo Tribunal Penal Internacional contra o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e o ex-ministro da Defesa Yoav Gallant, além de uma tentativa de impedir a participação da cantora Claudia Leitte em uma audiência pública.

■ O homem também pediu o afastamento de desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo e apresentou ações envolvendo nomeações de autoridades municipais e uma licitação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

■ Diante da sucessão de processos, o STJ aplicou multas ao autor, incluindo uma penalidade de dez salários mínimos, e determinou a anonimização de ações consideradas desprovidas de fundamento jurídico mínimo.

■ O episódio chegou ao STF por meio de um recurso apresentado pelo homem contra uma condenação a um ano e três meses de prisão, em regime aberto, pelo crime de coação no curso do processo.

Valdemar recorre a Dino para evitar cassação de deputados do PL por suspeita de fraude eleitoral

■ O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, apresentou ao ministro Flávio Dino (STF) uma contestação para impedir a eventual cassação de mandatos de deputados estaduais do partido no Pará por suspeita de fraude à cota de gênero nas eleições de 2022. A defesa sustenta que uma decisão contrária à legenda poderia provocar a anulação de 285.138 votos e alterar a composição da Assembleia Legislativa do estado.

■ A manifestação, protocolada nesta segunda-feira (16), ocorre no âmbito de uma reclamação no STF que tenta reverter uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) favorável ao PL.

■ A controvérsia envolve a candidatura de Jeanne Farias de Brito a deputada estadual. Ela teve o registro indeferido por inelegibilidade decorrente de condenação criminal, não recebeu votos, apresentou prestação de contas sem movimentação financeira e não foi substituída pelo partido.

■ O autor da ação sustenta que essas circunstâncias caracterizam uma candidatura fictícia, utilizada para cumprir artificialmente a exigência legal de participação mínima de 30% de mulheres nas chapas eleitorais.

■ O TSE, entretanto, rejeitou a acusação por 5 votos a 2. A maioria dos ministros considerou que havia provas de participação efetiva da candidata na campanha, incluindo vídeos, propaganda eleitoral, publicações nas redes sociais e participação em eventos.

■ Na contestação encaminhada a Dino, os advogados de Valdemar argumentam que a eventual anulação dos votos e cassação dos mandatos, a menos de três meses do encerramento da legislatura, provocaria instabilidade política no Pará.

■ A defesa também tenta afastar a responsabilidade pessoal de Valdemar. Segundo os advogados, a escolha e a substituição de candidatos a deputado estadual eram atribuições do diretório estadual do PL, e não da direção nacional da legenda.

■ Outro argumento é que o STF não poderia reexaminar provas já analisadas pela Justiça Eleitoral. A defesa sustenta que a reclamação tenta utilizar uma decisão anterior do Supremo sobre fraude à cota de gênero para modificar o resultado do julgamento do TSE.

■ Ao final, Valdemar e o PL pedem que Dino rejeite a reclamação e mantenha a decisão favorável ao partido. Subsidiariamente, solicitam que, caso o Supremo identifique alguma irregularidade no julgamento, o processo seja devolvido ao TSE, sem cassação direta dos mandatos pelo STF.

PINGA-FOGO

■ **DO PARANÁ PARA O RIO - O governador eleito, Douglas Ruas, anunciou o nome do novo secretário estadual de Educação: o professor Anderfábio Oliveira dos Santos.**

■ Licenciado em Matemática, especialista em Educação Especial e Gestão Escolar e mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/CAEd), Anderfábio ocupa atualmente o cargo de diretor de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

■ **Com trajetória iniciada na rede estadual paranaense em 2006, ingressou como agente educacional. Em 2008, começou a atuar como professor contratado e, no ano seguinte, passou a integrar o Quadro Próprio do Magistério. A partir de 2012, exerceu funções técnicas e de coordenação pedagógica no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte. Em 2019, assumiu a função de assistente técnico da chefia.**

■ Entre 2020 e 2022, esteve à frente do Departamento de Desenvolvimento Curricular, responsável pela gestão dos processos relacionados ao currículo e à avaliação da aprendizagem. No período, participou de iniciativas voltadas à continuidade do ensino durante a pandemia, como o Aula Paraná, o RCO+ Aulas e o Currículo Priorizado.

■ **Sua atuação também inclui programas como Ganhando o Mundo, a retomada do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Inglês Paraná e Redação Paraná. Em 2020, passou a integrar o Comitê de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio no Paraná, coordenando a assessoria técnica responsável pela implementação da política na rede estadual.**

■ Em 2023, foi convidado a assumir a Diretoria de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Durante sua passagem pela gestão educacional, o estado conquistou a liderança nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino médio em três edições consecutivas, 2021, 2023 e 2025. Também alcançou o primeiro lugar nos anos iniciais e finais do ensino fundamental nas edições de 2023 e 2025.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

FOTOS OAB-RJ



Daniela Galvão da Silva Rego Abduche - *advogada há mais de 30 anos e sócia-fundadora do escritório Albernard, Galvão & Delmas Advogados Associados, onde lidera o setor cível. Atua em demandas estratégicas e litígios complexos, representando empresas nacionais e multinacionais. Na OAB-RJ, exerceu funções de conselheira e presidiu comissões, além de integrar órgãos da entidade. Em 2013 e 2018, foi a segunda advogada mais votada para a lista tríplice do TRE-RJ.*



Fernanda Pontes Pimentel - *advogada, doutora e mestre em Direito, com trajetória dedicada ao ensino jurídico e à advocacia privada. Sócia do escritório Pimentel & Pimentel Advogados, é diretora da Faculdade de Direito da UFF e professora de Direito Privado, com experiência em instituições como FGV, EMERJ e ESA/OAB. Atua em comissões da OAB-RJ e do Instituto dos Advogados do Brasil, com atuação em Direito Civil e direitos da mulher.*



Gustavo Rebello Horta - *advogado, sócio do escritório Ulrich, Nicoll & Horta Advogados, com 26 anos de experiência em contencioso estratégico, arbitragem nacional e internacional e disputas empresariais complexas. Atua também em recuperação judicial, reestruturação empresarial, contratos e direito regulatório. Foi reconhecido por Chambers and Partners Latin America e integra o corpo de árbitros do CBMA, além de participar de comissões da OAB.*



José Roberto Sotero de Mello Porto - *defensor público do Estado do Rio de Janeiro e pós-doutor, doutor e mestre em Direito Processual pela UERJ, onde leciona. Foi assessor jurídico do ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal e ocupa funções docentes na EMERJ e na Escola de Mediação do TJRJ. Na OAB-RJ, preside comissão dedicada a precedentes vinculantes e atua em iniciativas de formação e aperfeiçoamento da advocacia. É autor de obras jurídicas.*



Nilson Bruno Filho - *advogado e defensor público do Estado do Rio de Janeiro desde 1998. Foi defensor público-geral entre 2011 e 2014, período em que criou e implantou núcleos especializados de combate ao racismo, de diversidade sexual e de mediação. Integra a carreira com atuação em varas cíveis da capital e já foi membro do Conselho Superior da Defensoria. Também lecionou Direito Civil e recebeu distinções profissionais.*



Rafael Fagundes Pinto - *advogado criminalista e sócio do escritório Nilo Batista & Advogados Associados desde 2009. Mestre em Direito Penal pela UERJ, também é professor: foi professor assistente de Direito Penal na universidade e leciona na Universidade Cândido Mendes. Coordena, desde 2019, o curso de especialização em Advocacia Criminal da UERJ/OAB e integra o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-RJ.*

Quinto Constitucional: OAB-RJ elege lista sêxtupla para vaga de desembargador no TJRJ

Nomes foram encaminhados ao tribunal para a formação da lista tríplice, que será submetida ao governador do estado

O Conselho Pleno da OAB-RJ elegeu nesta quinta-feira (12) os seis nomes que vão compor a lista sêxtupla para o preenchimento da vaga do Quinto Constitucional destinada à advocacia no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), aberta em razão do falecimento do desembargador Claudio Tavares de Oliveira Júnior. A votação foi realizada na sede da entidade.

Compuseram a mesa diretora dos trabalhos a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio; a vice-presidente, Sylvia Drumond; o secretário-geral, Rafael Borges; o tesoureiro, Fábio Nogueira; e o procurador-geral da Seccional, Marcos Luiz Souza. Também integraram a mesa a presidente da Comissão de Arguição, Érica Pereira Santos, e os integrantes do grupo Isabel Belinha, Sergio Sant'anna e Paula Vergueiro, que também preside a Caarj, além dos ex-presidentes da Seccional Nilo Batista, Sergio Zveiter e Luciano Bandeira.

"A composição dos tribunais com a participação da advocacia está de acordo com o que estabelece a Constituição Federal, que considera o advogado indispensável à administração da Justiça. Para esta eleição, as perguntas destinadas aos candidatos estiveram à altura da dignidade do Quinto Constitucional do TJRJ, razão pela qual parabenizo a Comissão de Arguição. Tivemos ótimas respostas, o que mostra que os colegas estão qualificados para contribuir com o debate jurídico na corte fluminense", destacou Basilio.

Como parte da seleção, a Diretoria da Seccional estabeleceu que cada candidato deveria responder a uma pergunta elaborada pela Comissão de Arguição. Após se apresentar, cada concorrente sorteou uma das perguntas depositadas na urna e respondeu a ela. Na ocasião, os conselheiros tiveram acesso aos currículos dos concorrentes.

Para garantir a diversidade de gênero e racial, a lista sêxtupla apresenta pelo menos dois profissionais de cada gênero e uma advogada ou advogado negro, conforme determina o Plano de Valorização da Advocacia Negra da OABRJ.

A OAB-RJ encaminhou a lista sêxtupla ao TJRJ, que formará a lista tríplice e a enviará ao governador do estado. Caberá ao governador escolher um dos três nomes para nomeação.

CM



Sergio Costa e Silva e o senador e astronauta Marcos Pontes receberam, em Paris, a Medalha de Ouro da S.I.P. (Société d'Encouragement du Progrès), fundada em 1908. Sergio Costa e Silva foi agraciado pelo mérito do projeto Música no Museu, que criou há 29 anos e dirige até hoje, promovendo concertos gratuitos de norte a sul do Brasil, com destaque para apresentações do saudoso pianista Nelson Freire em Belo Horizonte, Tiradentes e São João del-Rei. Na versão internacional, o projeto percorre cidades de países de todos os continentes, incluindo apresentações no Carnegie Hall, em Nova York, levando a música e os músicos brasileiros ao exterior. Em anos anteriores, a Medalha de Ouro foi concedida a personalidades e instituições como Jacques Cousteau, Pierre Cardin, Mário Soares, Fundação Gulbenkian, príncipe Albert de Mônaco e os brasileiros Ivo Pitanguy, dr. Roberto Marinho, Tom Jobim e Eduardo Paes. Na sequência, em Paris e depois em Lisboa, Sergio encerrou a versão internacional do Música no Museu

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

No meio da estrada, tem um buraco. E isso sai muito caro

É discutível se menos de um mês depois das eleições, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo já merecessem ser alvos do fogo amigo do PT em torno do ajuste fiscal. No fundo, porém, é a velha discussão econômica entre ortodoxos e heterodoxos, que ganha ares mais estridentes uma vez que os petistas nunca foram muito bons em lavar sua roupa suja dentro de casa.

Para além, no entanto, da estridência da discussão, há fatores realmente complicados na manutenção do modelo fiscal que merecem discussão. E é inclusive nessa linha que o economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, vem propondo uma rediscussão sobre a questão dos juros.

O fato, porém, é que os juros altos reprimem os investimentos no país. Deixam a população endividada e o país estagnado. Sem investimentos, o Brasil fica sucateado. E a suposta economia que se pode ter cortando R$ 60 bilhões, no final pode acabar saindo cara.

Uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre as condições das estradas brasileiras é um bom exemplo disso. A CNT verificou a totalidade dos mais de 114 mil quilômetros de rodovias brasileiras. E constatou que quase 60% delas – mais exatamente 58,9% - estão em estado regular, ruim ou péssimo. Somente 41,1% dessas estradas podem ser classificadas como ótimas ou boas. Há um percentual de 0,2% onde o pavimento está completamente destruído. São estradas intransitáveis. Há mais de 3 mil pontos críticos.

De acordo com a pesquisa da CNT, para que se conseguisse recuperar completamente as rodovias brasileiras seriam necessários R$ 105,9 bilhões. Mas o governo precisará fazer um ajuste de R$ 60 bilhões nos seus gastos. E ainda vai precisar pagar mais cerca de R$ 60 bilhões em emendas impositivas ao orçamento que nem sempre irão para as políticas públicas mais necessárias.

É, portanto, uma questão de escolhas. Segundo a CNT, manter as estradas ruins custa também bem caro. As más condições de pavimento das estradas geram um aumento de 31,8% no custo do transporte rodoviário. Isso, é claro, acaba parando na prateleira dos supermercados. E na planilha de quem pensa em investir no país.

O prejuízo causado pelos acidentes rodoviários foi de R$ 17,4 bilhões em 2025. Estima-se um aumento no consumo de óleo diesel de 1 bilhão de litros por conta da má qualidade da malha viária. Um custo adicional às transportadoras de R$ 6,3 bilhões.

No geral, o estado das rodovias é pior na região Norte. Somente 18,5% das estradas do Amazonas são consideradas ótimas ou boas. Uma surpresa acontece no Nordeste. Embora somente 36% das rodovias da região esteja em boas condições, Alagoas é o estado do Brasil com as melhores estradas. Estão classificadas como ótimas ou boas 80% das rodovias alagoanas.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Lula forma time para 4º mandato

Ao presidente Lula, parece, montar sua equipe de governo, será uma batalha ainda maior do que vencer a eleição. Trazer para dentro de casa os que, na disputa eleitoral eram entusiastas defensores do adversário, não está sendo tarefa fácil, não por causa de diferenças políticas, de confrontos ideológicos, mas por falta de cargos a oferecer.

No governo são 38 pastas ministeriais, contando ministérios, secretarias e órgãos equivalentes com status de ministro, mas a demanda, ao que parece, é bem maior. E sem os cargos Lula não consegue atrair a maioria que precisará para governar, especialmente diante da perspectiva de cortes em despesas. Sem os cortes, o Brasil quebra. Com os cortes o presidente fica sem a necessária maioria para promover as reformas que o país realmente necessita.

Lula vive momentos difíceis. As questões climáticas agravam a situação política com o aumento da inflação. E o povo dá sinais de descrença no próximo governo. Mas as pressões não param por aí. Lula, que hoje parece mais preocupado em se tornar uma personalidade mundial, vai receber, a partir desta semana, forte pressão de grupos de seu próprio partido, o PT, para endurecimento nas propostas para a melhoria da segurança pública.

Governadores eleitos pelo partido e outras lideranças do partido, querem que o presidente mude sua postura diante dos problemas da segurança pública, passando a defender redução da maioridade penal, endurecimento de penas para alguns crimes como roubo de celulares e outras mudanças no Código Penal.

Finalmente Lula já enfrenta, e pelo visto a cada dia maior, pressões para indicação de nomes para cargos, tanto do Executivo quanto do Judiciário em especial. As mulheres não abrem mão do direito de ocuparem cargos públicos e pressionam para ocupar vagas no Supremo Tribunal e cobram de Lula a indicação de uma mulher negra. Lembram que foi |Lula quem indicou, em 2003, o Joaquim Barbosa, o único ministro negro da história do STF. Agora, é a vez de indicar uma mulher negra.

EDITORIAL

Os desafios políticos para a carta da COP31

A primeira versão do principal documento político da COP31 apresenta caminhos importantes para acelerar a transição climática, mas também evidencia o tamanho dos obstáculos para transformar compromissos internacionais em ações efetivas. A minuta coloca no centro das negociações a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, ampliar o uso de energias limpas e garantir recursos para que os países enfrentem os efeitos das mudanças climáticas. O desafio será converter essas diretrizes em decisões concretas.

Entre as propostas de maior relevância está a aceleração da transição dos sistemas energéticos, com o abandono progressivo dos combustíveis fósseis. A iniciativa procura dar continuidade ao compromisso firmado na COP28, em Dubai, em 2023, e estabelecer parâmetros mais objetivos para a redução das emissões. O documento também aponta para a necessidade de ampliar a eletrificação da economia e fortalecer os investimentos em fontes renováveis, medidas fundamentais para alterar o atual padrão de produção e consumo.

Outro eixo importante é o financiamento climático. A minuta reconhece que os países em desenvolvimento precisam de apoio financeiro para adaptar suas economias, proteger populações vulneráveis e investir em infraestrutura resiliente. Sem recursos suficientes, a transição corre o risco de aprofundar as desigualdades entre nações ricas, historicamente responsáveis por grande parte das emissões, e países que dispõem de menos condições para enfrentar os impactos ambientais.

As divergências, entretanto, continuam expressivas. Economias dependentes do petróleo, do gás e do carvão resistem a compromissos mais rigorosos, enquanto países em desenvolvimento cobram garantias de financiamento e respeito às diferentes realidades nacionais. Além disso, a substituição das fontes energéticas precisa considerar seus efeitos sobre o emprego, a renda e as comunidades que dependem das atividades econômicas em transformação.

A primeira versão do documento ainda está sujeita a negociações e mudanças. Por isso, não deve ser confundida com um acordo definitivo. Seu mérito está em colocar questões decisivas na mesa, mas sua eficácia dependerá da disposição dos governos de superar interesses imediatos e assumir responsabilidades proporcionais à sua contribuição para a crise climática.

A COP31 precisa demonstrar que a cooperação internacional ainda é capaz de produzir respostas à altura da emergência ambiental. Não basta estabelecer metas ambiciosas ou renovar promessas. É indispensável definir prazos, mecanismos de fiscalização e fontes de financiamento. A transição climática não pode continuar subordinada ao ritmo das conveniências políticas e econômicas. O tempo para agir está se esgotando.

OPINIÃO DO LEITOR

Novembro Azul

Se outubro é rosa para lembrar da detecção precoce do câncer de mama, novembro seria azul nos cuidados com a detecção do câncer de próstata. Cuide-se, faça o exame preventivo.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

Repórter do Correio da Manhã concorre ao VII Prêmio SBIm

ARQUIVO/ CM



O texto enfatizou a relevância da vacina contra o vírus sincicial

A repórter Isabel Dourado, do Correio da Manhã, é uma das três finalistas do VII Prêmio SBIm de Jornalismo em Saúde. A reportagem "Vacinação em gestantes: um ato duplo de amor", publicada em 29 de setembro, tratou da importância da imunização como gesto de carinho entre a mãe e o bebê, por proteger duas vidas. O texto enfatizou a relevância da vacina contra o vírus sincicial respiratório, principal causador da bronquiolite em bebês e crianças com menos de 2 anos de idade. Promovida pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) em parceria com a OPAS e a Febrasgo, a premiação abordou o tema "Vacinação da gestante: proteção para a mãe e o bebê". Os vencedores serão anunciados no dia 18 de novembro, em São Paulo. O Prêmio SBIm de Jornalismo em Saúde foi criado em 2009 com os objetivos de estimular a produção de reportagens sobre imunizações e de reconhecer o valor dos profissionais de comunicação, essenciais para a saúde.

Estado do Rio avalanca o turismo no Brasil

O estado do Rio atingiu a marca de 2 milhões de turistas internacionais já em outubro: 2.004.519 entradas, alta de 11,6% em relação ao recorde anterior para o período, de 1.796.520 em 2025. Em três anos, as chegadas internacionais pelo Rio mais que dobraram. Considerando sempre o período de janeiro a outubro, o estado passou de 948.563 entradas em 2023 para 1.206.864 em 2024. Em 2025, o total chegou a 1.796.520 e, neste ano, ultrapassou os 2 milhões. O crescimento acumulado desde 2023 foi de 111,3%.

DIVULGAÇÃO/ MTUR



Rio bate 2 milhões de turistas estrangeiros antes do fim do ano

País passa de R$ 5 trilhões em despesas públicas

O Brasil ultrapassou a marca de R$ 5 trilhões em despesas públicas em 2026, segundo dados da plataforma Gasto Brasil, criada pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, em parceria com a Associação Comercial de São Paulo. A distribuição dos valores mostra que o Governo Federal concentra a maior parcela das despesas, com R$ 2,369 trilhões (47%). Os estados e o Distrito Federal somam R$ 1,350 trilhão (26,8%), enquanto os municípios registram R$ 1,309 trilhão (26%). Juntas, as três esferas representam aproximadamente R$ 5,028 trilhões.

Friburgo instala painel eletrônico de ônibus

Os passageiros do transporte público de Nova Friburgo passaram a contar com uma nova ferramenta para acompanhar a chegada dos ônibus. A Subsecretaria de Serviços Concedidos, vinculada à Secretaria de Governo, colocou em funcionamento, na última sexta-feira (13), o primeiro painel eletrônico de monitoramento da frota em tempo real. O equipamento permite que os passageiros consultem a previsão de chegada dos ônibus.

Tecnologia de ponta

O primeiro painel foi instalado na Rua Comandante Ribeiro de Barros, em frente à Wermar, na região central da cidade, e faz parte das ações de modernização do Sistema Partiu. A tecnologia apresenta informações sobre as linhas de ônibus que atendem aquele ponto específico e o tempo estimado para a chegada dos veículos.

14 painéis instalados

Além da primeira unidade, outros 14 painéis eletrônicos serão instalados em pontos de grande movimentação de passageiros, ampliando gradualmente o acesso às informações. Ao todo, Nova Friburgo contará com 15 equipamentos distribuídos em locais estratégicos do transporte coletivo municipal.

Chuvas na Serra

A Defesa Civil de Teresópolis, realizou, no último sábado (14), um simulado de mobilização na Capela São José, no Corta Vento. A atividade teve como objetivo avaliar e fortalecer os protocolos de resposta a situações de emergência, além de orientar a população sobre os procedimentos de segurança e as medidas que devem ser adotadas em caso de evacuação.

Homenagem

A Alerj abrirá as portas do Palácio Tiradentes, sede histórica do Parlamento fluminense, para homenagear o ex-futebolista e ídolo do Clube de Regatas do Flamengo Dejan Petkovic com a mais alta honraria do Estado: a Medalha Tiradentes. A solenidade está marcada para esta terça-feira, dia 17, às 18h.

Causas sociais

O sérvio naturalizado brasileiro, além de brilhar dentro de campo, também construiu sólida trajetória fora dele usando sua imagem em prol de causas sociais. Presença certa em jogos beneficentes, leilões e eventos esportivos para juntar doações e apoiar instituições carentes, Pet busca integrar projetos sociais e iniciativas de apoio ao esporte.

Engenhão

Mais do que a casa do Botafogo, o Estádio Olímpico Nilton Santos representa um importante espaço de memória, convivência e identidade para os moradores da Zona Norte do Rio. Inaugurado em 2007, o local reúne histórias de torcedores, atletas e frequentadores que encontram no local muito mais do que um espaço dedicado ao futebol.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Na expectativa de anúncio dos ministros, partidos reinvidicam ministérios

Centrão pressiona Lula por mais espaço no novo governo

Partidos querem ministérios de peso, mas resistem à cobrança de fidelidade

Por **Beatriz Matos**

A disputa por cadeiras na Esplanada dos Ministérios chega a uma nova fase com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Brasília. A principal divergência entre governo e Centrão já está na mesa, o Palácio do Planalto quer compromissos de voto antes de entregar ministérios, enquanto dirigentes partidários resistem a garantir apoio integral das bancadas. O impasse pode definir não apenas a divisão de cargos, mas a capacidade de aprovação de projetos no próximo mandato.

Nesta segunda-feira (16), Lula afirmou nas redes sociais que volta ao Brasil com vontade de "estar perto do nosso povo, conversar, ouvir e trabalhar ainda mais". A expectativa dos políticos é que ele também esteja disposto a ouvir os partidos.

Durante a viagem internacional, o presidente do PT, Edinho Silva, conversou com dirigentes de MDB, PSD, PP e União Brasil. A orientação do Planalto é que a distribuição de ministérios seja acompanhada do compromisso de apoio. Lula tenta evitar a repetição de acordos que garantiram espaços nno governo atual a partidos que não acompanharam o Executivo em votações decisivas.

Do outro lado, dirigentes do centro político consideram difícil comprometer deputados e senadores de diferentes correntes com todas as propostas governistas. Discutem também o peso das pastas. O PSD quer ampliar sua participação, assim como PP, Republicanos, MDB e União Brasil. Querem pastas com orçamento e capacidade de executar políticas, não apenas cargos para acomodar indicações.

Lula terá de resolver disputas dentro do próprio PT. O Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família, reúne diferentes interessados.

Guilherme Boulos, atualmente na Secretaria-Geral da Presidência e em processo de mudança do PSOL para o PT, e a deputada Gleisi Hoffmann aparecem entre os cotados. A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, também é lembrada para a área social, embora tenha afirmado que ainda não recebeu convite. A equipe econômica será uma das primeiras definições. Para a Fazenda, circulam os nomes do atual ministro, Dario Durigan, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do governador do Piauí, Rafael Fonteles.

Próximo de ser aprovado no Senado, ajuste fiscal gera rachas na esquerda e no PT

Analistas avaliam que divergências apontam conflitos entre ala pragmática e ala desenvolvimentista

Por **Gabriela Gallo**

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Projeto batizado de 'Plano Moretti' (centro) teve como relator no Senado Eduardo Braga (esquerda)

Após aprovar o texto base do projeto de ajuste fiscal para 2027 (PLP 229/2026), o plenário do Senado votará nesta terça-feira (17) os destaques do tema. Após a Casa definir sobre os destaques, o texto seguirá para análise na Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), depois de se reunir na última semana com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, se comprometeu a acelerar a tramitação do projeto e encaminhá-lo para discussão na reunião de líderes da Casa assim que for liberado do Senado. A expectativa é que o texto seja discutido pelos deputados federais ainda nesta semana.

O projeto, no entanto, gerou uma divisão dentro da esquerda e entre os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Elaborado pela equipe econômica do governo federal, o PLP 229/2026 permite ampliar o bloqueio de despesas e limitar, em determinadas condições, o crescimento dos gastos públicos acima da inflação.

Tanto o texto quanto a rápida celeridade da tramitação desagradou membros da ala governista, que argumentam que o projeto cortará investimentos públicos e políticas sociais do governo. As críticas resultaram em uma crise interna na esquerda. Na última semana, o ministro Bruno Moretti concedeu uma entrevista a Folha de São Paulo e classificou a parte da esquerda contrária à medida como "sectária" e acusou essa ala da esquerda de "atrasar a agenda do combate a privilégios".

Em resposta, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou nas redes sociais a entrevista de Moretti como "desonesta". Disse: "Me surpreendeu ainda mais o modo autoritário de encaminhar a proposta. Os líderes do governo não foram articulados para isso, nem tampouco os líderes dos partidos mais próximos da base. Todos fomos comunicados no mesmo dia em que se pretendia votar a matéria. Penso que o ministro [Moretti] ficou irritado porque impedi que isso acontecesse na reunião da CMO [Comissão Mista de Orçamento].".

Além de Lindbergh, parlamentares do PSOL, PV, PCdoB e de alas do próprio Partido dos Trabalhadores, como Rui Falcão e Gleisi Hoffmann, tem se manifestando contra a aprovação do PLP 229. Nomes de parlamentares que tem forte atuação nas redes sociais, como Erika Hilton (PSOL-SP) e os deputados eleitos Ana Elisa (PT-MG) e Jones Manoel (PSOL-PE), também demonstraram desgastes públicos com os demais aliados do governo.

Na avaliação do economista e professor do Ibmec Brasília Renan Silva, a resistência desse setor parte tanto de críticas à tramitação acelerada como à condução sem diálogo prévio, quanto do temor de que um ajuste fiscal restritivo combinado com juros elevados provoque desaceleração econômica e desemprego. "Esse é um dos motivos que leva o grupo a defende taxar bancos, lucros, dividendos e grandes fortunas em vez de conter despesas", destacou ao Correio da Manhã.

"Essa fissura expõe histórica disputa interna do partido entre a ala desenvolvimentista, que defende a expansão do gasto público como motor do crescimento e da inclusão social, e a ala pragmática da equipe econômica, focada em ancorar as expectativas de inflação, câmbio e juros, indicando que o presidente terá de arbitrar constantemente entre as promessas de campanha e o equilíbrio fiscal", ele completou.

A reportagem também conversou com o analista político da BMJ Consultores Associados Érico Oyama. Ele afirmou que, para o grupo que diverge da proposta do Executivo, uma economia mais aquecida produz maior arrecadação, contribuindo também para melhorar a situação fiscal.

"Existe ainda uma preocupação com os efeitos sociais do ajuste. O Conselho Nacional de Saúde, por exemplo, manifestou preocupação com a possibilidade de uma redução de aproximadamente R$ 10 bilhões nos recursos mínimos destinados à saúde em 2027. É importante ressaltar que se trata de uma estimativa sobre os efeitos das mudanças nas regras fiscais, e não de um corte nominal de R$ 10 bilhões já determinado pelo projeto", ponderou Érico.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lindbergh classificou a condução do projeto no Congresso como autoritária

IMPACTOS

Questionado pela reportagem, o professor universitário avaliou que esse racha na esquerda tende a enfraquecer a articulação política do Planalto. "Diante de um Legislativo majoritariamente conservador e de centro-direita, o governo depende da coesão de sua base fiel de esquerda para ter poder de negociação; quando ministros e deputados governistas trocam acusações públicas e votam divididos, os partidos do centrão percebem a fragilidade da base aliada e tendem a elevar o custo político do apoio, exigindo mais cargos e emendas parlamentares para garantir a aprovação das pautas do Executivo", ressaltou Silva.

Já sobre os impactos para os eleitores, Érico Oyama ponderou que, do ponto de vista político, o período mais favorável para apresentar medidas impopulares é o período imediatamente posterior à vitória eleitoral, já que o presidente chega fortalecido pelo resultado das urnas e dispõe de maior distância temporal até a próxima eleição.

"O desafio de Lula será explicar à sociedade a necessidade do ajuste e demonstrar que o compromisso com o equilíbrio das contas públicas não significa abandonar as prioridades sociais de seu governo. O impacto sobre sua imagem dependerá tanto dos resultados econômicos quanto da capacidade de comunicação e articulação política", avaliou o analista político.

O PROJETO

O projeto visa gerar um impacto fiscal estimado entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões no próximo ano para estabilizar as contas públicas e acalmar o mercado financeiro, que demonstrou resultados pessimistas e negativos com a vitória de Lula.

Para alcançar esse resultado, a proposta reduz o limite de crescimento real dos gastos públicos acima da inflação de 2,5% para 2% exclusivamente nos anos em que houver necessidade de contingenciamento adicional. "Pelo lado das receitas, o texto promove um novo corte linear de 10% nos incentivos e benefícios tributários de diversos setores, elevando a redução acumulada de leis anteriores para até 20% — mas mantendo exceções como a desoneração da folha, semicondutores e veículos para pessoas com deficiência —, e permite que o Executivo limite temporariamente o uso de créditos tributários acumulados pelas empresas para abater impostos federais.

A proposta estabelece um prazo de 120 dias para que o Congresso regulamente o corte dos chamados supersalários no serviço público e retira R$ 10,5 bilhões gastos com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026.

Em entrevista, o ministro Bruno Moretti destacou que o projeto é para "não afetar o salário mínimo". Ele ainda negou que a contenção de despesa se aplique a pisos de saúde e educação.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Gabriel Galípolo, presidente do BC

Estagflação bate à porta do país e PT culpa o BC de Gabriel Galípolo

Estagflação é um termo usado pelos especialistas para os momentos de junção da estagnação da economia com a inflação. É uma situação atípica, porque o baixo nível de atividade econômica costuma vir acompanhado de uma queda na inflação devido a diminuição da capacidade de compra da população. O fantasma da estagflação assombrou a capital do país nesta segunda-feira (16) com a divulgação do índice de atividade econômica do BC (IBC-Br), que teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho). O IBC-Br é considerado uma prévia do PIB que deve ser usado na decisão sobre os juros básicos da economia. Seu resultado mostrou para o governo e o PT que, como presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo provocou um impacto prolongado das altas taxas de juros sobre a economia, com risco agora de levar o país à estagflação.

Bruno Moretti cai na armadilha segundo o PT

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) se tornou a voz que mais expressa o sentimento de contrariação da bancada de esquerda no Congresso com à suposta adesão da equipe econômica à proposta do mercado para ajuste da economia do país. Lindbergh aponta para o ministro do Planejamento, Bruno Moretti como tendo caído na armadilha: "Talvez, ele tenha revisto suas ideias anteriores [...] Isso não vai fazer o mercado mais simpático às suas posições. Muito pelo contrário."

WASHINGTON COSTA/MF



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti

Mercado projeta inflação e estagnação

Por conta desse mau humor, o dólar fechou em alta de 2,15% nesta segunda-feira, cotado a R$ 5,7767. Na máxima do dia, chegou a R$ 5,7949, maior valor desde 17 de abril de 2025, quando encerrou a R$ 5,8042. Dólar em alta traz junto expectativa de alta da inflação. E o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, caiu 1,83%, aos 169.295 pontos. Diante dessa perspectiva de inflação com desaceleraçãoda economia o Morgan Stanley passou a projetar um desaquecimento ainda maior em 2027, com Ibovespa a 160 mil pontos.

Expectativa é o Lula como árbitro

A turma do "deixa disso" dentro do PT diz que boa parte desse desentendimento entre a bancada do partido e a equipe econômica se dá por causa da viagem do presidente.
Nesta semana, de volta ao Brasil, Lula atuará como árbitro da encrenca. Segundo caciques do PT, como já fez nas vezes anteriores, Lula dará ordem unida à sua equipe econômica e esfriará os ânimos dos petistas amotinados.

Estagflação nos anos 1980

Foi na década de 1980 nosso momento mais forte de estagflação. Ocorreu por conta da grave crise da dívida externa, choques internacionais de juros e do petróleo, forte instabilidade fiscal e o esgotamento do modelo de substituição de importações. A inflação astronômica antes do Plano Real gerou uma longa fase de empobrecimento do país.

No governo Dilma

O período do governo Dilma Rousseff também apresentou forte contração do PIB com média negativa (-2,1% ao ano), disparada do desemprego e inflação pressionada na casa de dois dígitos, ou acima do teto da meta. Viveu-se no país um ambiente recessivo e inflacionário que os petistas atribuem a um golpe parlamentar.

No pós-Pandemia

Com os impactos da pandemia de COVID-19, em 2019 e 2020, gargalos nas cadeias globais de suprimentos e alta no custo de energia, o Brasil voltou a flertar com a estagflação. Houve trimestres de retração e de baixo crescimento do PIB conjugados a uma rápida aceleração das taxas de inflação com o mercado de trabalho fragilizado.

Alckmin esquerdista

Até o moderado vice-presidente Geraldo Alkcmin criticou o mercado. "Não há razão para o mercado ter essas oscilações", afirmou. Alckmin falou depois de se reunir no Palácio do Planalto com entidades que lançaram um manifesto contra os supersalários, na qualidade de presidente em exercício, enquanto Lula esteve no exterior

Mercadante, a desculpa

Investidores em geral avaliam que as medidas de ajuste são suficientes para conter o crescimento dos gastos e estabilizar a dívida pública. Pelo menos por enquanto. Mas o mercado ainda busca motivos para instabilidade. A onda nesta segunda-feira foi em torno do nome de Aloizio Mercadante, que estaria cotado para a Fazenda.

Lobbies no Congresso

Na entrevista em que provocou Lindbergh Farias, Bruno Moretti também deu a entender que há forças no Congresso com quem o governo baterá de frente: "Lobbies muito poderosos estão pleiteando que não assumam parte desse ajuste, que vai ser bom para o país inteiro, vai reduzir taxa de juros, reduzir endividamento."

MARCHA EM BRASÍLIA PELO FIM DA ESCALA 6X1



Reprodução vídeo

Escala 6x1 acirra impasse entre o Congresso e o Supremo

Legislativo contesta flexibilizações de Dino e governo prepara regulamentação

Por **Beatriz Matos**

A disputa entre Poderes ampliou a incerteza sobre regras da nova escala de trabalho 5x2. Câmara e Senado contestam flexibilizações autorizadas por Flávio Dino, e empresários pedem mais tempo para adaptação. Luiz Fux pediu destaque adiando o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que recomeçará presencialmente.

O impasse não altera o calendário aprovado pelo Congresso. A liminar de Dino permanece válida e a partir de 16 de dezembro a jornada máxima semanal cairá de 44 para 42 horas, com dois dias de descanso remunerado e sem redução salarial. Em dezembro de 2027, cairá para 40 horas. A divergência envolve a distribuição das folgas durante a adaptação.

As Advocacias da Câmara e do Senado pediram ao STF que não confirme parte das medidas de Dino. O trecho mais sensível é a distribuição dos descansos. Dino permitiu que empresas e sindicatos negociem escalas diferentes com a compensação de folgas.

Câmara e Senado argumentam que o texto original exige ao menos um dia de repouso a cada semana e que os demais descansos sejam compensados dentro do mês. Para as Casas, essas garantias protegem o trabalhador mesmo quando há acordo coletivo.

Outro ponto contestado é a possibilidade de distribuir as 42 horas semanais em cinco jornadas de oito horas e 24 minutos, sem considerar extras os 24 minutos adicionais. A medida busca atender empresas sem novos acordos, mas a Câmara questiona a ausência de negociação coletiva.

O Congresso também resiste à redução para 180 dias no prazo de adaptação de contratos do setor público e ao pedido de Dino para que os parlamentares regulamentem, nesse mesmo período, jornadas específicas de determinados setores. A Câmara sustenta que a emenda não impôs prazo para nova lei.

Dino rejeitou o adiamento pretendido pelas confederações, mas abriu espaço para acordos coletivos e fixou 90 dias para renegociar contrapartidas. Já a Casa Civil e o Ministério do Trabalho preparam um decreto para esclarecer como a redução será aplicada, inclusive em atividades que dependem de turnos e escalas diferenciadas.

O pedido de Fux zerou os votos registrados virtualmente e transferiu a decisão para uma sessão presencial.

MARCELO MORALES

Médico. Membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina.

O ajuste fiscal e o futuro da ciência brasileira

O Brasil enfrenta o desafio de equilibrar suas contas públicas sem comprometer as condições necessárias ao crescimento econômico. A responsabilidade fiscal é indispensável. Mas tão importante quanto controlar despesas é distinguir os gastos que podem ser reduzidos dos investimentos que determinam o futuro do país. A ciência, a tecnologia e a inovação estão entre esses investimentos.

O Projeto de Lei Complementar nº 299/2026, apresentado pelo governo federal e atualmente em discussão no Congresso Nacional, reacendeu esse debate ao propor mecanismos de ajuste fiscal com possíveis repercussões sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal instrumento de financiamento da pesquisa e da inovação no Brasil.

O debate não deve ser reduzido a uma disputa entre governo e oposição. Trata-se de uma questão de Estado. O país precisa de equilíbrio fiscal, competitividade industrial e autonomia tecnológica. Medidas que comprometam essas capacidades podem produzir alívio orçamentário imediato, mas prejudicar o crescimento econômico nos anos seguintes.

A experiência internacional demonstra que países desenvolvidos investiram continuamente em conhecimento. No Brasil, temos exemplos concretos. A Embrapa contribuiu decisivamente para transformar a agricultura tropical e elevar a produtividade do campo. A Embraer demonstra como a formação científica, a engenharia e o desenvolvimento tecnológico podem sustentar uma indústria brasileira competitiva internacionalmente. São resultados de investimentos persistentes, com impactos sobre a economia, o emprego e a capacidade produtiva nacional.

O FNDCT desempenha papel central nesse processo. Seus recursos financiam desde pesquisas fundamentais e infraestrutura laboratorial até projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação empresarial e industrial. São investimentos frequentemente plurianuais, que exigem continuidade para produzir resultados.

A aprovação da Lei Complementar nº 177, em 2021, representou uma conquista importante ao estabelecer garantias contra o contingenciamento dos recursos do FNDCT. Foi um avanço construído ao longo de anos, com a participação da comunidade científica, do setor produtivo e do Congresso Nacional, para enfrentar a instabilidade que historicamente prejudicou o financiamento da ciência brasileira.

O PLP 299/2026 trouxe preocupações por conter dispositivos capazes de enfraquecer essas conquistas. Durante sua apreciação no Senado, entretanto, houve avanços. O texto-base aprovado em 12 de novembro retirou a possibilidade de desvinculação de parte do superávit financeiro de fundos públicos e incorporou ressalvas destinadas à proteção do financiamento científico e tecnológico. São mudanças positivas, que precisam ser preservadas na conclusão da votação e na Câmara dos Deputados.

Permanece, contudo, uma questão relevante. O projeto amplia as possibilidades de utilização dos recursos não reembolsáveis do FNDCT para financiar bolsas e auxílios, sem estabelecer com suficiente clareza sua vinculação direta à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

A formação de pesquisadores é indispensável e deve receber investimentos crescentes. O problema não está no financiamento de bolsas, mas na possibilidade de utilizar recursos destinados à pesquisa para custear despesas que deveriam ser atendidas por outras fontes orçamentárias. Sem recursos adicionais, essa ampliação pode reduzir o financiamento disponível para laboratórios, equipamentos e projetos científicos.

É fundamental, portanto, que bolsas e auxílios financiados pelo FNDCT estejam diretamente relacionados às suas finalidades científicas e tecnológicas, sem substituir as dotações ordinárias do CNPq e da CAPES.

Outro aspecto merece atenção. A ciência não funciona segundo o calendário de um exercício fiscal. Pesquisas sobre novas terapias, vacinas, tecnologias agrícolas ou fontes de energia exigem anos de trabalho, equipes especializadas e infraestrutura complexa. A interrupção do financiamento pode comprometer resultados e desperdiçar investimentos públicos anteriores.

O mesmo ocorre com a inovação empresarial. Transformar descobertas científicas em tecnologias, produtos e processos industriais exige previsibilidade. A instabilidade reduz a capacidade de inovação das empresas, dificulta a geração de empregos qualificados e amplia a dependência de tecnologias estrangeiras.

Defender o financiamento da ciência não significa dispensar planejamento, avaliação de resultados ou eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ao contrário, investimentos estratégicos precisam de boa gestão, transparência e continuidade para gerar benefícios econômicos e sociais.

O Congresso Nacional tem a oportunidade de aperfeiçoar o PLP 299/2026, preservando as garantias conquistadas pelo FNDCT e assegurando que seus recursos permaneçam destinados às finalidades que justificaram sua criação.

Ajustar as contas públicas é necessário, mas comprometer investimentos que aumentam a produtividade, fortalecem a indústria e geram riqueza pode enfraquecer a própria sustentabilidade fiscal. O Brasil não pode tratar como simples despesa aquilo que aumenta sua capacidade futura de produzir riqueza.

FILIPE DENKI

Advogado especialista em Direito Empresarial e reestruturação empresarial.

Recuperação judicial no agro cai 20,7% no segundo trimestre de 2026, mas gestão empresarial continua sendo um desafio

O agronegócio brasileiro registrou 448 pedidos de recuperação judicial entre abril e junho de 2026, uma redução de 20,7% em relação aos 565 registrados no mesmo período de 2025. Os dados são da Serasa Experian e apontam uma diminuição das solicitações de reestruturação financeira no setor. Apesar do recuo, o cenário evidencia a importância da organização empresarial, do planejamento financeiro e da adoção de estratégias para preservar a continuidade dos negócios.

A distribuição dos pedidos mostra que os desafios financeiros alcançam importantes polos do agronegócio nacional. Mato Grosso liderou o ranking estadual, com 107 solicitações, equivalentes a 23,9% do total. Goiás registrou 84 pedidos, correspondentes a 18,8%, enquanto São Paulo contabilizou 72, ou 16,1%.

A análise por perfil de solicitante também revela diferenças relevantes. Os produtores rurais pessoas físicas somaram 197 pedidos de recuperação judicial, uma queda de 10,5% na comparação anual. As empresas rurais registraram 160 solicitações, recuo de 34,2%, enquanto as empresas da cadeia do agronegócio contabilizaram 91 pedidos, redução de 10,8%.

Embora a diminuição seja um sinal relevante, a recuperação da saúde financeira das empresas não pode ser avaliada apenas pela variação dos pedidos de recuperação judicial. A sustentabilidade de um negócio depende de fatores como estrutura de custos, capacidade de geração de caixa, organização dos contratos, eficiência operacional e qualidade das decisões administrativas.

No agronegócio, esses elementos ganham importância adicional devido às particularidades do ciclo produtivo. As empresas precisam realizar investimentos antes de obter receitas, lidar com oscilações nos preços das commodities e administrar despesas relacionadas a insumos, logística, armazenamento e mão de obra. Quando o planejamento não acompanha essas variáveis, o desequilíbrio financeiro pode comprometer o funcionamento da operação.

A estruturação empresarial é uma ferramenta importante para enfrentar esse cenário. Ela envolve a análise da organização do negócio, a definição de responsabilidades, a revisão de processos, o controle financeiro e a construção de estratégias compatíveis com os objetivos da empresa. Mais do que organizar documentos ou estabelecer procedimentos internos, trata-se de criar condições para que as decisões sejam tomadas com base em informações confiáveis e em uma visão clara dos riscos.

Um dos principais pontos de atenção é a relação entre endividamento e capacidade operacional. A contratação de crédito pode financiar a expansão, ampliar a produção e viabilizar investimentos estratégicos. Entretanto, quando os compromissos assumidos não são compatíveis com a geração de caixa, a empresa pode enfrentar dificuldades para pagar fornecedores, cumprir obrigações financeiras e manter suas atividades.

Por isso, o diagnóstico empresarial precisa considerar não apenas o volume das dívidas, mas também as causas que levaram ao desequilíbrio. É necessário avaliar a rentabilidade das operações, identificar despesas que podem ser revistas, analisar contratos e verificar quais atividades efetivamente contribuem para os resultados. Essa visão permite distinguir dificuldades temporárias de problemas estruturais que exigem mudanças mais profundas.

Outro aspecto fundamental é a antecipação dos riscos. Empresas que acompanham regularmente seus indicadores financeiros conseguem identificar sinais de alerta, como redução das margens, aumento dos custos, atrasos nos recebimentos e dependência excessiva de empréstimos. Com essas informações, torna-se possível ajustar o planejamento, rever investimentos e negociar obrigações antes que a situação comprometa a continuidade do negócio.

Quando as dificuldades já estão instaladas, a reestruturação empresarial pode envolver diferentes medidas, como reorganização de processos, revisão de despesas, renegociação de dívidas e adequação do modelo de operação. A escolha das medidas depende das características de cada empresa e precisa considerar sua capacidade de gerar resultados após as mudanças. O objetivo é estabelecer uma estrutura financeiramente viável, e não apenas postergar compromissos.

A recuperação judicial também pode ser considerada por empresas que atendam aos requisitos legais e apresentem condições de buscar a reorganização de suas obrigações. O instrumento permite, em situações específicas, a negociação com credores por meio de um plano de recuperação. Contudo, sua utilização exige análise técnica, avaliação da viabilidade do negócio e compreensão dos efeitos jurídicos e financeiros envolvidos.

A decisão de recorrer à recuperação judicial não deve substituir o diagnóstico empresarial. Antes de adotar esse caminho, é importante compreender a composição do passivo, as causas do endividamento e as possibilidades de reorganização das atividades. Uma empresa pode enfrentar dificuldades financeiras e ainda apresentar operações viáveis, mas a continuidade depende de medidas concretas e de um planejamento compatível com sua realidade.

Os impactos das crises empresariais também se estendem para além das organizações. No agronegócio, fornecedores, trabalhadores, transportadores e outros parceiros dependem do funcionamento das empresas que integram a cadeia produtiva. Quando um negócio interrompe suas atividades ou reduz significativamente sua capacidade de operação, os efeitos podem alcançar diversos agentes econômicos.

A redução dos pedidos de recuperação judicial no segundo trimestre de 2026 representa uma mudança importante no indicador, mas não elimina a necessidade de fortalecer a gestão empresarial. O cenário reforça que a prevenção de crises depende de acompanhamento financeiro, organização operacional e decisões estratégicas tomadas com antecedência.

Em um setor marcado por riscos econômicos e particularidades produtivas, empresas que conhecem seus custos, monitoram seus resultados e mantêm uma estrutura de gestão organizada estão mais preparadas para enfrentar períodos de instabilidade. A estruturação empresarial, nesse contexto, deve ser compreendida como parte da estratégia de sustentabilidade do negócio, contribuindo para uma gestão mais eficiente e para a preservação da atividade econômica.

CORREIO ECONÔMICO

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Estudo aponta desafios para ampliar investimentos

Economia circular movimenta até R$ 90,7 bilhões no Brasil, diz CNI

A economia circular movimenta entre R$ 31 bilhões e R$ 90,7 bilhões no Brasil, segundo levantamento inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apresentado na COP31, na Turquia, o estudo Financiamento para a Economia Circular na Indústria Brasileira, mostra que o país tem um mercado de finanças sustentáveis estimado em R$ 884 bilhões. Segundo a CNI, os recursos destinados à circularidade representam entre 3,5% e 10,3% desse total. O percentual é superior à média mundial, de aproximadamente 2%. Apesar do volume de investimentos, a pesquisa identifica um desequilíbrio na distribuição dos recursos. A maior parte está concentrada em iniciativas de reciclagem, gestão de resíduos e recuperação de materiais, enquanto projetos voltados à prevenção do desperdício, ao desenvolvimento de sustentáveis e ao reaproveitamento de insumos recebem uma parcela menor.

Brasil alcança meta de turismo internacional

O Brasil superou a meta de atração de turistas internacionais de 2026 com dois meses de antecedência. O Ministério do Turismo divulgou nesta segunda-feira (16) que, de janeiro a outubro, o país recebeu 7.594.425 visitantes estrangeiros, volume que supera o objetivo anual de 7,5 milhões de viajantes.

A meta foi estabelecida pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027, e o resultado alcançado até outubro manteve o patamar recorde de 2025.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



De janeiro a outubro, país recebeu 7.594.425 visitantes

Projeções para inflação e crescimento reduzem

O mercado financeiro reduziu as projeções para a inflação e o crescimento da economia brasileira em 2026. Ao mesmo tempo, elevou a estimativa para a cotação do dólar no fim do próximo ano. A previsão para a taxa básica de juros (Selic) permaneceu estável. As estimativas das instituições financeiras constam do Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (16) pelo Banco Central. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, caiu de 5,22% para 5,11% em 2026.

Previsões sobre o PIB e câmbio

Já a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país, recuou de 1,75% para 1,72% em 2026. Foi a quinta redução consecutiva da estimativa para o crescimento econômico no próximo ano. Para 2027, a projeção caiu de 1,15% para 1,02%.

A cotação do dólar no fim de 2026 passou de R$ 5,35 para R$ 5,40. Para 2027, a expectativa subiu de R$ 5,40 para R$ 5,45.

Bolsa Família I

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de outubro do Bolsa Família. Recebem na segunda os beneficiários com Número de Inscrição Social de final 1. Neste mês, 19,1 milhões de famílias serão beneficiadas. Por causa do aumento recente nos benefícios, o valor da folha de pagamentos está em R$ 15 bilhões em novembro.

Bolsa Família II

Os moradores de 112 municípios de oito estados recebem o crédito. O pagamento unificado beneficiou localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública nos seguintes estados: Amazonas (13), Minas Gerais (1), Piauí (22), Paraná (41), Rio Grande do Norte (10), Roraima (6), São Paulo (4) e Sergipe (5).

Pessoas com deficiência I

O Programa Nacional de Inclusão Produtiva para Agentes Públicos vai oferecer formação gratuita e certificada a 3 mil profissionais.

O objetivo é preparar órgãos públicos para identificar e eliminar barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso a serviços, oportunidades de trabalho e participação social.

Pessoas com deficiência II

O programa terá duração de três anos, com mil participantes por edição. Do total de vagas, 2,7 mil serão destinadas a agentes das administrações federal, estaduais, distrital e municipais. Outras 300 serão reservadas a profissionais do Banco do Brasil, que poderão aplicar o conhecimento em ações de diversidade e inclusão socioprodutiva.

Minerais críticos I

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou neste domingo (15), nas Filipinas, que o Brasil pretende atrair investimentos para a exploração e a industrialização de minerais críticos e terras raras, em uma estratégia que, segundo ele, pode ampliar a inserção do país nas cadeias produtivas ligadas à transição energética.

Minerais críticos II

A declaração foi feita após a abertura da Cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), em Manila. "Queremos ser parceiros definitivos da Asean", diz Lula.

No discurso aos líderes do bloco, o presidente defendeu o aprofundamento das relações entre o Mercosul e os países do Sudeste Asiático.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Quedas foram de 2% no agro, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços

Atividade econômica tem queda de 0,9% no 3º trimestre

Em setembro, o indicador ficou negativo em 0,2%, aponta BC

Da **Redação**

A atividade econômica no Brasil registrou queda no terceiro trimestre, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira (16) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

As quedas foram de 2% na agropecuária, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços.

Em comparação ao terceiro trimestre de 2025, houve aumento de 0,7% no indicador, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

Considerando apenas o mês de setembro deste ano, o IBC-Br teve redução de 0,2% em relação a agosto, em dados com ajuste sazonal, com alta de 1,2% na agropecuária e quedas de 0,4% na indústria e 0,1% em serviços. Na comparação com o mesmo mês de 2025, não houve variação.

Nos último 12 meses, o indicador avançou 1,4%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução o ritmo da economia do país e incorpora informações sobre o nível de atividade na indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O índice ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre os juros básicos da economia, a Taxa Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação.

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), que é o indicador oficial da economia brasileira medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o próprio BC, o índice é complementar ao PIB. "Enquanto o PIB oferece uma visão consolidada da economia, o IBC-Br ajuda a entender o 'agora' da atividade econômica", explica a autarquia.

No segundo trimestre deste ano, o PIB cresceu 0,5% na comparação com o primeiro trimestre. Em relação ao segundo trimestre de 2025, o conjunto dos bens e serviços produzidos no país apresenta alta de 2%.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, o quinto ano seguido de crescimento.

Dívidas podem absorver parte dos R$ 399 bi do 13º salário

Advogado explica como consumidores podem renegociar dívidas

REPRODUÇÃO



Da **Redação**

O pagamento do 13º salário deve movimentar R$ 399,1 bilhões na economia brasileira em 2026, mas a chegada desse dinheiro ocorre em um cenário de elevado endividamento das famílias. Enquanto milhões de trabalhadores se preparam para receber a gratificação, especialistas alertam que parte dos recursos poderá ser direcionada ao pagamento de empréstimos, cartões de crédito e outras obrigações financeiras, reduzindo o potencial de consumo e reacendendo o debate sobre os juros bancários e a proteção dos consumidores.

Segundo levantamento divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aproximadamente 99,7 milhões de brasileiros serão beneficiados pelo pagamento do 13º salário, com rendimento adicional médio de R$ 3.720. O montante corresponde a cerca de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A movimentação financeira ocorre em um momento delicado para o orçamento doméstico. Dados do Banco Central mostram que o endividamento das famílias brasileiras atingiu 50,1% da renda anual em agosto de 2026. Já o comprometimento da renda com o pagamento de dívidas chegou a 29%, evidenciando a pressão das obrigações financeiras sobre o orçamento.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Recuperação de Tributos e Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a entrada de recursos extraordinários pode representar uma oportunidade para reorganizar as finanças, mas exige atenção às condições oferecidas pelas instituições financeiras.

"O 13º salário representa um importante reforço financeiro para milhões de brasileiros, mas também chega em um momento em que muitas famílias estão comprometidas com dívidas bancárias. O consumidor precisa avaliar se está realmente reduzindo o endividamento ou apenas substituindo uma obrigação por outra, muitas vezes com juros ainda maiores", explica o especialista.

Segundo levantamento divulgado pelo Dieese, aproximadamente 99,7 milhões de brasileiros serão beneficiados pelo pagamento do 13º salário

A utilização do 13º salário para quitar ou renegociar dívidas pode ser vantajosa, especialmente quando envolve modalidades de crédito com custos elevados. Entretanto, o consumidor deve observar não apenas o valor das parcelas, mas também os juros, encargos e o custo efetivo total da operação.

O alerta é particularmente importante diante das ofertas de renegociação e de novos empréstimos que costumam ganhar espaço no fim do ano.

"Uma proposta de renegociação não deve ser analisada apenas pelo valor da parcela mensal. É fundamental verificar o custo total da dívida, os juros aplicados e as condições do novo contrato. Em determinadas situações, alongar excessivamente o prazo pode fazer com que o consumidor pague muito mais do que o valor originalmente contratado", destaca Bruno Medeiros Durão.

Além da possibilidade de negociação diretamente com os credores, consumidores que enfrentam dificuldades graves para pagar suas dívidas podem recorrer a mecanismos previstos na Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento.

A legislação introduziu medidas de prevenção ao endividamento excessivo e reforçou o dever de informação na concessão de crédito. Em situações previstas em lei, consumidores pessoas físicas de boa-fé podem buscar a repactuação de determinadas dívidas de consumo, com preservação do mínimo existencial, necessário à manutenção das despesas básicas.

A proteção não significa perdão automático das dívidas nem redução obrigatória de juros em todos os contratos. Cada situação depende da natureza das obrigações e das condições legais aplicáveis.

Brasil tem 10,4 mi de mulheres donas de negócios

Da **Redação**

O Brasil conta atualmente com 10,4 milhões de mulheres donas de negócios, segundo o Sebrae, o que representa um crescimento de 27% em dez anos. O número evidencia que as mulheres ainda são minorias e enfrentam barreiras para alcançar oportunidades no cenário empreendedor brasileiro, e com o objetivo de ampliar o desenvolvimento de novas trajetórias que acontece mais uma edição do Summit Mulheres, evento voltado para o empreendedorismo feminino.

A iniciativa do programa Mulheres Que Inovam (MQI), com o apoio da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI), realiza sua primeira edição 100% online e gratuita. Serão quatro horas de programação dedicadas a conectar mulheres a conhecimento, negócios e oportunidades. O evento acontece em sintonia com o Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino, celebrado no próximo dia 19 de novembro e propõe uma reflexão sobre o cenário atual e, principalmente, o futuro das mulheres no mercado.

Idealizado por Helena Levorato, neurocientista, cofundadora da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI), diretora do Global Innovation Institute e fundadora do programa nacional Mulheres Que Inovam (MQI), o evento reunirá empreendedoras e especialistas para discutir temas que estão transformando o mundo dos negócios, como inovação, inteligência artificial, liderança, marketing, novos mercados e construção de marcas.

SEBRAE



Summit debate o futuro do empreendedorismo feminino

A programação contará com a participação de diversas mulheres empreendedoras e especialistas, que compartilharão experiências, estratégias e insights valiosos sobre inteligência artificial, marca pessoal, comunicação, tendências, inovação e posicionamento no mercado. A proposta é apresentar diferentes perspectivas e experiências capazes de inspirar e apoiar mulheres que desejam fortalecer seus negócios, ampliar sua atuação e identificar novas oportunidades de crescimento.

Helena Levorato também conduzirá dois painéis estratégicos: "Inovação e Tendências de Mercado: o que está mudando e onde estão as oportunidades para as mulheres" e "Juntas em 2027: Mulheres Que Inovam ampliando conexões, conhecimento e oportunidades de crescimento".

A neurocientista destaca a importância de transformar o debate sobre protagonismo feminino em iniciativas concretas. "Não basta falar sobre o protagonismo feminino. Precisamos criar condições para que mais mulheres tenham acesso ao conhecimento, às conexões e às oportunidades que impulsionam negócios e mercados."

JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Órgãos terão até dia 27 para encaminhar planos de desenvolvimento

Capacitação de servidores terá planejamento até o fim de novembro

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) prorrogou até 27 de novembro o prazo para que órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional encaminhem os Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PDPs) de 2027. A nova data foi estabelecida pela Instrução Normativa CGDDP/MGI nº 479, publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro. Os documentos devem ser enviados pelo DesenvolveGOV, plataforma desenvolvida pelo MGI em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Os PDPs orientam as ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional no serviço público, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento de cada instituição. O sistema reúne etapas do planejamento, automatiza procedimentos e permite agrupar demandas semelhantes entre diferentes órgãos e unidades da administração federal.

STF garante hora extra paga a policiais penais

O STF decidiu que policiais penais de Santa Catarina têm direito ao pagamento de horas extras quando não for possível usufruir a folga compensatória no prazo de três meses previsto na legislação estadual. Por unanimidade, os ministros entenderam que o regime de subsídio não impede a remuneração pelo serviço extraordinário. A decisão foi tomada na ADI 7.469, relatada pelo ministro Edson Fachin. O julgamento também estabeleceu que a necessidade do serviço não pode resultar em trabalho extraordinário gratuito.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Remuneração será quando não for possível compensar com folga

Governo prevê convocações do CNU em novembro

O Governo Federal prevê convocar aproximadamente 1,3 mil candidatos aprovados na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado ainda em novembro. O anúncio foi feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, no dia 12. As chamadas contemplam vagas remanescentes em órgãos como Funai, Incra, IBGE, Inep e AGU, além de ministérios e agências reguladoras. Segundo a ministra, o governo também avalia autorizar convocações adicionais de outros concursos, conforme a disponibilidade orçamentária.

MGI lança manual para reestruturação de órgãos

O Ministério da Gestão lançou no dia 13, uma nova edição do Manual de Estruturas Organizacionais do Executivo Federal. O material reúne orientações para criação, revisão e reorganização de estruturas administrativas, incluindo regras para Cargos Comissionados Executivos e Funções Comissionadas Executivas. A publicação também apresenta exemplos práticos de elaboração de decretos e foi disponibilizada em plataforma digital.

Melhorias do SouGov

O MGI promoveu desafio para reunir propostas de melhoria da acessibilidade do SouGov, plataforma de serviços dos servidores federais. A iniciativa reuniu 130 participantes e resultou em 19 relatórios com sugestões. As análises identificaram barreiras e apresentaram recomendações para incluir pessoas com deficiência e facilitar o acesso aos serviços.

Recomposição salarial

O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 prevê mais de R$ 9 bilhões para recomposição salarial de servidores civis e militares. A proposta também reserva R$ 1,3 bilhão para concursos e novas contratações no Executivo federal, além de R$ 1,2 bilhão para universidades e institutos federais. Os recursos ainda dependem da aprovação pelo Congresso.

Rede LideraGOV

A Rede LideraGOV, iniciativa do Ministério da Gestão e da Enap, definiu compromissos para 2027 a 2030. O manifesto prevê ampliar a troca de conhecimentos entre servidores de diferentes órgãos e desenvolver projetos conjuntos. Criado em 2020, o programa já formou 288 profissionais de 58 instituições federais e busca fortalecer a gestão pública.

Posse digital ampliada

O Ministério da Gestão ampliou, desde 4 de novembro, o uso do Ingresso Digital para nomeações em Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE). A ferramenta permite enviar documentos e assinar o termo de posse pelo SouGov. A solução já atende mais de 11 mil ingressantes e é utilizada por mais de 80 órgãos federais.

Inteligência Artificial

O Ministério da Gestão e a Universidade de São Paulo realizam uma série de cinco webinários gratuitos sobre o uso da inteligência artificial na administração pública. Os encontros discutem aplicações da tecnologia, proteção de dados e uso responsável das ferramentas. A programação segue até 2 de dezembro, com transmissão on-line.

Desastres na administração

O Ministério da Gestão promove, em 23 de novembro, encontro sobre governança e prevenção de desastres na administração pública. A programação será realizada na Universidade de Brasília (UnB), com participação gratuita e transmissão ao vivo. O debate reunirá especialistas do MGI, AGU, MIDR e governo do Rio Grande do Sul.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Ministro Bruno Moretti apresentou medidas fiscais em audiência na CMO

Governo prevê prazo para conter supersalários no funcionalismo

Texto aprovado no Senado estabelece até 120 dias para Congresso analisar regras

Por **Raphaela Cordeiro**

O governo federal incluiu no pacote de medidas fiscais apresentado ao Senado uma proposta para acelerar a regulamentação dos chamados supersalários no serviço público. Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em 11 de novembro, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o conjunto de medidas prevê um prazo para a votação de um projeto que limite esses pagamentos. A informação foi divulgada pelo próprio Ministério do Planejamento.

A iniciativa está relacionada às verbas indenizatórias que podem ficar fora do teto remuneratório do funcionalismo. O artigo 37, parágrafo 11, da Constituição determina que somente parcelas indenizatórias expressamente previstas em lei de caráter nacional podem ser excluídas do limite. Essa regulamentação, porém, ainda não foi editada, conforme análise da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal.

O tema foi incluído no Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026, apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) a pedido do Executivo. O texto-base, aprovado pelo Plenário do Senado em 12 de novembro, estabelece que o Congresso Nacional deverá apreciar, em até 120 dias contados da publicação da lei complementar, o projeto que disciplinará as verbas indenizatórias.

A proposta também trata da destinação dos recursos economizados com a futura regulamentação. No âmbito do Poder Executivo federal, parte da economia poderá reduzir o limite de despesas e outra parte poderá ser direcionada a investimentos ou ao financiamento de atividades do Sistema Único de Segurança Pública e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Nos demais Poderes e órgãos autônomos, os valores deverão ser destinados à reestruturação e recomposição dos respectivos quadros de pessoal.

A votação do PLP ainda não havia sido concluída até a última atualização da nota técnica do Senado, elaborada em 13 de novembro. Quatro destaques ao texto-base estavam previstos para análise em 17 de novembro. Depois de concluída a votação no Senado, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados. A regulamentação poderá definir quais parcelas indenizatórias ficam efetivamente fora do teto constitucional.

CORREIO NACIONAL

PREFEITURA DE VOLTA REDONDA



Planos de saúde terão de cobrir exame e medicamento oral

ANS amplia cobertura obrigatória para tratar câncer de pulmão

Nova resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) inclui exames e medicamentos na lista de procedimentos obrigatórios aos planos de saúde no tratamento do câncer de pulmão. Os pacientes terão direito ao protocolo de sequenciamento de nova geração, além do remédio oral cloridrato de tepotinibe. De acordo com o texto publicado na edição desta segunda-feira (16) do Diário Oficial da União, as novas coberturas passam a valer em fevereiro de 2027.

Segundo a ANS, a atualização do rol busca ampliar o acesso a tecnologias voltadas à medicina de precisão, ao permitir a identificação de alterações genéticas relevantes para a execução de terapias específicas.

O Painel de Sequenciamento de Nova Geração (NGS) para Câncer de Pulmão permite identificar alterações genômicas associadas à doença.

Ministro defende esforço compartilhado

O ministro do Meio Ambiente Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, defendeu maior envolvimento dos países nos esforços para defender a Amazônia frente aos desafios das mudanças climáticas. "Nenhum país isolado é capaz de enfrentar esse problema sozinho", declarou Capobianco, durante a participação no diálogo de Alto Nível sobre Tecnologia e Inovação para o Manejo Integrado do Fogo e a Resiliência a Incêndios Florestais, ocorrido nesta segunda-feira (16), na COP31, em Antalya, na Turquia.

DAVID REGO JR/ ALESP



Capobianco defendeu envolvimento de mais países

Redução da conectividade de rios na Amazônia

A fragmentação do fluxo de rios da Amazônia cresceu até 40% nos últimos dez anos, indica o relatório Conectividade primeiro: rios de fluxo livre para a Amazônia brasileira divulgado nesta segunda-feira (16), pela Aliança Águas Amazônicas, rede internacional de organizações sociais. O estudo alerta para a necessidade de proteção de 19 rios prioritários para manter o estado de conectividade do fluxo das águas, essencial para a preservação de espécies e ecossistemas, e para a subsistência das comunidades ribeirinhas.

Os 19 rios considerados prioritários

"Basta uma barragem para romper essa ligação, com impactos que se acumulam rio abaixo", destaca a analista de conservação do WWF-Brasil, Mariana Frias. Os 19 rios considerados prioritários foram selecionados por meio de critérios como tamanho e características de rios com fluxo livre, como presença de espécies migratórias, importância para pesca comercial e ocorrência de diferentes tipos de água.

Enem: gabarito

O gabarito oficial do Enem de 2026 será publicado na próxima quarta-feira (18). Já o resultado do exame está previsto para ser divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no dia 18 de janeiro de 2027. O segundo dia da aplicação da prova do Enem de 2026 terminou sem intercorrências graves.

Enem: 'imenso sucesso'

Foi um "imenso sucesso", avaliou o ministro da Educação, Leonardo Barchini. A prova contou com 90 questões de matemática e ciências da natureza. "Tivemos um dia realmente de muita tranquilidade na aplicação do Enem, como deve ser, e parabenizo os funcionários do Inep", destacou Barchini após a aplicação das provas.

Enem: reaplicação

Os inscritos no Enem 2026 que não conseguiram fazer as avaliações, por problemas logísticos ou doenças infectocontagiosas, podem pedir a reaplicação da prova a partir desta segunda-feira (16). O prazo termina na sexta-feira (20). O pedido pode ser feito individualmente para cada um dos domingos em que o candidato faltou.

Enem: falta de energia

O ministro da Educação, Leonardo Barchini, informou que as provas do segundo dia do Enem 2026 foram afetadas por quedas de energia em 11 locais de aplicação em todo o país. Foram quatro em Minas Gerais, três na Bahia, dois no Paraná, um no Maranhão e um no Piauí. No primeiro dia houve falta de energia em 39 locais.

Produto proibido I

A Anvisa determinou, nesta segunda-feira (16), a apreensão de todos os lotes de dois alvejantes tira-manchas à base de percarbonato de sódio, Brankissimo Alvejante e Alveclean Tira Manchas em Pó. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União. Os produtos são popularizados nas redes sociais e também vendidos pela internet.

Produto proibido II

A comercialização, distribuição, fabricação, propaganda e o uso foram proibidos. Ambos os alvejantes, segundo a Anvisa, não têm regularização sanitária e são feitos por empresas sem autorização de funcionamento para a fabricação. A resolução da agência também prevê a apreensão de todos os lotes do produto Lace Glue.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



O avanço foi registrado após a publicação do Plano Clima

Brasil avança em políticas de alimentação e clima, diz estudo

Plano Clima eleva pontuação do país, mas ainda há lacunas

Da **Redação**

O Brasil avançou na integração dos sistemas alimentares à política climática nacional, mas ainda precisa superar contradições e garantir a implementação das medidas previstas. É o que mostra a atualização do Índice de Avaliação dos Sistemas Alimentares nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (Food Systems NDC Scorecard), que elevou a pontuação brasileira de 6 para 8,5, em uma escala de 12 pontos, entre 2025 e 2026.

O avanço foi registrado após a publicação do Plano Clima, principal instrumento de implementação dos compromissos brasileiros no Acordo de Paris. O documento incorporou medidas relacionadas não apenas à produção agropecuária, mas também ao processamento, à distribuição, ao consumo e ao desperdício de alimentos.

O índice foi desenvolvido por quatro organizações: Mercy For Animals, Center for Biological Diversity, Global Alliance for Improved Nutrition e Global Law Alliance for Animals and the Environment. A metodologia avalia como os países integram os sistemas alimentares às NDCs, compromissos apresentados no âmbito do Acordo de Paris para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e se adaptar às mudanças climáticas. Na primeira avaliação, publicada em setembro de 2025, o Brasil havia recebido classificação considerada fraca. A análise atualizada passou a incluir o Plano Clima, que ainda não estava publicado quando foi realizada a primeira edição do levantamento.

Entre os avanços identificados está a inclusão de medidas para reduzir o consumo de energia e as emissões no processamento de alimentos, apoiar a agricultura familiar, mapear a produção e o processamento de proteínas alternativas e criar estruturas de abastecimento agroecológicas. O plano também prevê tecnologias para prolongar a vida útil dos alimentos e o aproveitamento de resíduos orgânicos na produção de bioenergia e fertilizantes.

Outra mudança apontada pelo estudo é o reconhecimento dos impactos ambientais e climáticos associados a padrões alimentares de alto impacto, especialmente ao consumo excessivo de carne. O documento relaciona esse padrão também a riscos para a saúde, como determinados tipos de câncer, diabetes e doenças cardiovasculares.

CORREIO CENTRO-OESTE

DIVULGAÇÃO/SECEC-DF



Mostra celebra a ancestralidade africana no Brasil e em Cuba

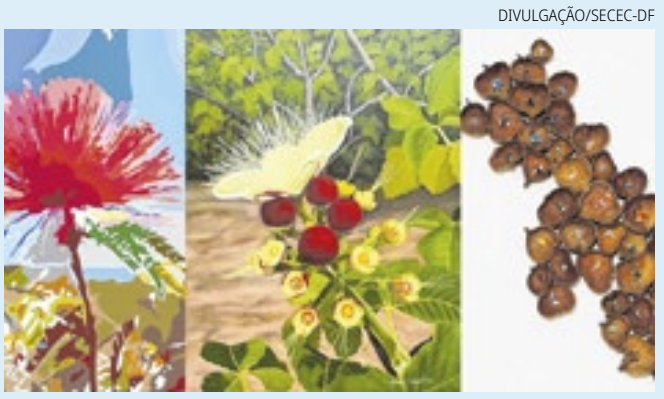
Exposição Mamáfrica chega hoje ao Museu de Arte de Brasília (MAB)

A exposição Mamáfrica – Ancestralidades Africanas no Brasil e Cuba abre nesta terça-feira (17) no Museu de Arte de Brasília (MAB), com obras de 68 artistas: 45 brasileiros e 23 cubanos. A visitação vai até 10 de janeiro, com entrada gratuita. Após passar por Salvador, São Paulo e Santos, a mostra chega ao Distrito Federal com trabalhos sobre as ancestralidades africanas e suas conexões com Brasil e Cuba. A abertura integra o Brasília Diversa e Criativa, programação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Secel-DF), que acontece até o próximo dia 22, a partir das 19h, no pilotis do museu. A agenda reúne exposições, música, gastronomia e atividades culturais, com artistas, ateliês, galerias e coletivos locais. Entre as atrações estão obras da família de J. Borges, trabalhos inspirados nas comunidades quilombolas Kalungas e produções interativas para pessoas com deficiência visual.

DF recebe a exposição Garimpos do Cerrado

O Museu Vivo da Memória Candanga, no Núcleo Bandeirante (DF), recebe a partir de amanhã (18) a exposição Garimpos do Cerrado – Arte, Memória e Território. A mostra reúne seis artistas e apresenta diferentes interpretações sobre as riquezas naturais, culturais e simbólicas do bioma. Com curadoria de Lucivânia Oliveira, a exposição surgiu de caminhadas da artista pelo Lago Oeste e foi ampliada com o convite a outros criadores. A visitação segue até 18 de dezembro, de segunda-feira a sábado, das 9h às 17h.

DIVULGAÇÃO/SECEC-DF



Mostra coletiva é exibida no Museu Vivo da Memória Candanga

Arrecadação de brinquedos no Parque da Cidade

A Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal (SEL-DF) promove, até 10 de dezembro, a campanha Natal Parque Solidário, que arrecada brinquedos novos para crianças em situação de vulnerabilidade social. As doações devem ser entregues na Administração do Parque da Cidade Sarah Kubitschek, no Estacionamento 13, diariamente, das 8h às 19h, inclusive aos fins de semana e feriados. A ação culminará com a chegada do Papai Noel pelo Foguetinho do Espaço Ana Lídia. O ponto de coleta recebe somente brinquedos novos.

MPT obtém condenação da Havan em loja do MT

O Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve a condenação da Havan S.A. ao pagamento de R$ 300 mil por dano moral coletivo pela falta de assentos a funcionários que trabalham em pé na unidade de Rondonópolis (MT). A decisão exige cadeiras com encosto nas pausas e inclusão das avaliações ergonômicas no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). A multa é de R$ 50 mil por obrigação descumprida.

Redução do ICMS

As federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-MS) e das Indústrias de Mato Grosso do Sul (Fiems) propuseram ao governo estadual reduzir a alíquota do ICMS de 19,5% para 18% em 2027 e 17% em 2028. A proposta integra o Pacto pela Eficiência e Gestão, que prevê o compromisso com a redução das despesas públicas.

Cesta básica aumentou

A cesta básica em Cuiabá (MT) subiu 3,44% na segunda semana de novembro e chegou a R$ 979,71, o maior preço da série histórica do Instituto de Pesquisa e Análise da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso (IPF-MT). Em relação ao mesmo período de 2025, a alta foi de 24,37%, equivalente a R$ 191,97 a mais.

Multirama ficará fechado

O Parque Mutirama, em Goiânia (GO), ficará fechado para a montagem do Natal no Parque — A Magia de Brincar, evento gratuito e previsto para novembro, dezembro e janeiro. O atendimento será retomado no início da programação, em horário especial ainda não definido. A festa terá atrações lúdicas e animações itinerantes natalinas.

Alerta de temporais

A Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Campo Grande (MS) alertou para temporais até as 22h59 de hoje (17), com ventos fortes e granizo. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) aponta baixo risco de alagamentos, quedas de árvores, falta de energia e descargas elétricas. Em emergências, ligar: 199; árvores: 156; fiação: 193.

Fórum de acessibilidade

A prefeitura de Cuiabá (MT) realizará, na quinta-feira (19), das 13h às 17h, o 5º Fórum Municipal de Inclusão e Acessibilidade, com foco nos direitos dos consumidores com deficiência. O evento será aberto ao público e ocorrerá no Auditório Milton Figueiredo, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. As inscrições podem ser feitas online.

Funcionamento no feriado

O Serviço Social do Comércio em Goiás (Sesc-GO) manterá os parques aquáticos das unidades Sesc Universitário, Thermas Jataí, Caldas Novas, Anápolis e da Cachoeira Meia-Lua, em Pirenópolis, em funcionamento na sexta-feira (20), Dia da Consciência Negra. As demais unidades da instituição permanecerão fechadas durante o feriado.

DIVULGAÇÃO/FECOMÉRCIO-MS



O cartão de crédito concentra a maior parte das dívidas das famílias

Endividamento das famílias cresce em Campo Grande

Mas a inadimplência recua em 2026 na comparação com outubro de 2025

Da **Redação**

O percentual de famílias endividadas em Campo Grande (MS) chegou a 75,5% em outubro deste ano, o que representa uma alta de 10,1 pontos percentuais em relação ao mesmo mês de 2025, quando o índice era de 65,4%.

Apesar do aumento das dívidas, os indicadores de inadimplência apresentaram queda no período.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e divulgada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (Fecomércio-MS).

O levantamento aponta que a parcela de famílias com contas em atraso passou de 29,4% em outubro do ano passado para 27,2% no mesmo período deste ano. Já o percentual de entrevistados que afirmaram não ter condições de pagar os débitos caiu de 13,6% para 8,0%.

Os resultados mostram que, embora mais famílias tenham compromissos financeiros, uma parcela menor relata dificuldades para quitar as obrigações assumidas.

O cartão de crédito aparece como a principal modalidade de endividamento, citado por 71,8% das famílias que possuem dívidas. Em seguida, estão os carnês, com 14,8%, o crédito pessoal, com 13,7%, o financiamento de veículos, com 11,9%, e o financiamento de imóveis, com 10,9%.

A pesquisa identificou que 43,1% das famílias possuem compromissos financeiros com prazo superior a um ano.

O comprometimento médio da renda com o pagamento de dívidas chegou a 29,7%.

Em outubro, 27,2% das famílias informaram ter débitos vencidos, mas 8% declararam não dispor de condições para regularizar a situação.

A distinção permite observar não apenas a presença de atrasos, mas também a capacidade de pagamento.

A Fecomércio-MS acompanha mensalmente os resultados da PEIC para avaliar o comportamento do consumo, a confiança dos consumidores e os reflexos desses fatores sobre o comércio local.

O levantamento nacional é realizado pela CNC nas capitais brasileiras e reúne informações sobre o volume de dívidas, os atrasos nos pagamentos e as condições financeiras das famílias para cumprir seus compromissos.

Com 44 casos confirmados, Mpox avança em outubro e novembro no Distrito Federal

Secretaria de Saúde recebeu 100 doses da vacina contra a doença e acompanha cenário epidemiológico

Por **Isabel Dourado**

REPRODUÇÃO AGÊNCIA BRASIL



No período de 2022 a 2025, foram observados 402 casos confirmados de mpox no DF

O Distrito Federal registrou, até este momento, 44 casos confirmados de Mpox conforme dados da Secretaria de Saúde (SES-DF). Segundo o boletim epidemiológico, 38 dos 44 pacientes (86,4%) apresentaram os sintomas em outubro e novembro.

Todos os pacientes são homens, e 61% dos casos ocorreram na faixa etária de 30 a 39 anos. Não há registros de óbitos. De acordo com informações do Ministério da Saúde, a Mpox é uma doença infecciosa causada pelo Mpox vírus (MPXV), do gênero Orthopoxvirus. A maioria dos casos apresenta evolução leve a moderada.

A transmissão ocorre principalmente por contato direto com: lesões ou erupções na pele da pessoa infectada, secreções corporais (pus, sangue das lesões ou saliva), objetos contaminados (roupas, toalhas, lençóis, utensílios).

Os sintomas incluem lesões na pele (que evoluem de manchas para bolhas com pus e crostas), febre, dor de cabeça, dores musculares, fraqueza e gânglios inchados (ínguas). As lesões podem surgir no rosto, mãos, pés, boca ou região genital. O período de incubação (tempo entre o contato com o vírus e o início dos sintomas) varia de 3 a 16 dias, podendo chegar a 21 dias. Segundo a Secretaria, o diagnóstico da Mpox é realizado de forma laboratorial, por teste molecular ou sequenciamento genético

O professor e virologista do Instituto de Ciências Biológicas (IB) da Universidade de Brasília (UnB) Bergmann Morais explica que o aumento de casos da doença é impulsionado pela nova variante do vírus conhecida como clado 1B.

Apesar dessa variante ser considerada mais transmissível, o virologista esclarece que o contágio é baixo já que exige contato direto e íntimo com a pessoa infectada.

"O número de casos ainda é pequeno para dizer que está tendo transmissão interna. Como muita gente viaja, porque isso está acontecendo no mundo inteiro, vários países aumentaram a transmissão dessa nova variante do Mpox, que é o clado 1B que é mais transmissível. Não há motivo para se preocupar porque a Mpox não é como a Covid-19 que é transmitida por via aérea e é mais fácil de pegar."

Embora qualquer pessoa possa contrair o vírus por meio de contato direto com lesões na pele, fluidos corporais ou utensílios contaminados, o virologista consultado pela reportagem enfatiza que a maioria dos casos em pessoas com o sistema imunológico saudável apresenta evolução leve da doença.

Entretanto, ele destaca que há uma preocupação maior entre pessoas com imunidade comprometida: especialmente portadores de HIV/aids em estágio avançado e pessoas com outras doenças imunossupressoras. "A Mpox não causa quadro grave em quem tem o sistema imunológico em dia. Ela vai causar doença grave para aquela pessoa que tem o sistema imunológico comprometido, como os portadores de Aids", esclarece o virologista.

VACINA DINAMARQUESA

No dia 7 de novembro, a Secretaria recebeu 100 doses da vacina contra a Mpox. O imunizante foi entregue pelo Ministério da Saúde, após avaliação da demanda de todos os estados.

A vacina é produzida pelo laboratório dinamarquês Bavarian Nordic e é ofertada para um grupo prioritário, baseado em diretrizes do Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Entre eles estão pessoas vivendo com HIV/aids, com idade igual ou superior a 18 anos e contagem de linfócitos CD4 inferior a 100 células/mm^3, que apresentam imunossupressão grave e profissionais de laboratório que manipulam o vírus.

Em nota, a SES-DF informou que acompanha a utilização das doses disponibilizadas, bem como a demanda identificada entre os grupos prioritários, para avaliar a necessidade de solicitar novas remessas ao Ministério, considerando o número de pessoas elegíveis e a evolução dos casos.

UnB estuda a diversidade genética dos brasilienses

Da **Redação**

Uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) investiga os marcadores genéticos de moradores do Distrito Federal para orientar ações de prevenção e diagnóstico.

O projeto "Filogeografia e Estrutura Genética da População do Distrito Federal Aplicadas à Saúde Pública de Precisão" recebe R$ 90 mil da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAPDF), pelo edital Demanda Espontânea (2023).

Coordenado pelo professor Edgar Bione, da Faculdade de Ciências e Tecnologias em Saúde, no Campus Ceilândia (DF), a pesquisa considera os fluxos migratórios que formaram a diversidade de Brasília desde a década de 1950.

O levantamento utiliza dados genéticos e sociais para orientar medidas de saúde conforme as características de grupos da população.

Entre as condições consideradas estão fibrose cística, câncer de mama e anemia falciforme, que tem uma associação histórica com a ancestralidade africana.

Os pesquisadores vão identificar a frequência de marcadores associados a essas doenças e sua distribuição. Os resultados poderão ajudar o poder público a planejar campanhas, exames e ações de prevenção, além de apoiar o diagnóstico precoce.

Serão analisados 461 homens maiores de 18 anos, sem parentesco entre si, nascidos e residentes no DF. As amostras são coletadas nos campi de Ceilândia, Gama, Planaltina e Darcy Ribeiro.

O projeto foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que avalia a ética de estudos com seres humanos.

A partir do sangue, é extraído o ácido desoxirribonucleico (DNA) dos leucócitos, células de defesa. A análise abrange o DNA mitocondrial, ligado à linhagem materna; o cromossomo Y, da linhagem paterna; e marcadores autossômicos, que mostram a composição genética. Também são utilizadas a Reação em Cadeia da Polimerase (PCR), técnica que amplia trechos do DNA, e o sequenciamento, para analisar variações.

O apoio da FAP-DF custeia bolsas, reagentes, insumos biológicos, kits de extração e análise e outros materiais.

DIVULGAÇÃO/FAP-DF

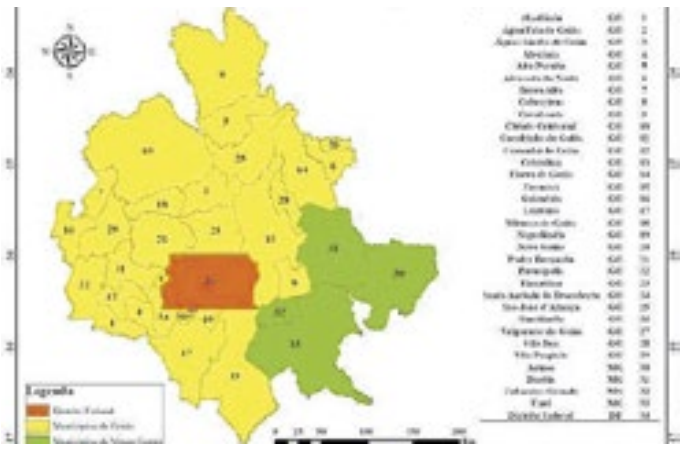


Pesquisa analisa fluxo migratório para a Capital desde a década de 1950

BRASILIANAS

POR **WILLIAM FRANÇA**

INTERNET



Esta é a atual composição da RIDE do DF, com 34 membros

Congresso pode ampliar área de planejamento ligada a Brasília

A Câmara dos Deputados deu mais um passo para ampliar a região de planejamento integrada ao Distrito Federal. Se a proposta concluir sua tramitação no Congresso, a estrutura passará a reunir mais de 5 milhões de habitantes distribuídos entre o DF, 45 municípios goianos e quatro mineiros. O projeto é de autoria da deputada Flávia Morais (MDB-GO) e recebeu aval da Comissão de Finanças e Tributação. Pelo texto aprovado, 16 cidades de Goiás serão incorporadas à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), mecanismo criado para coordenar ações conjuntas em áreas como infraestrutura, mobilidade, saneamento e desenvolvimento econômico. O relator da matéria, deputado Josenildo (PDT-AP), argumentou que a medida atualiza o desenho territorial da região e reconhece relações econômicas e sociais já consolidadas com Brasília. Caso a mudança seja confirmada, a população abrangida passará dos atuais 4,8 milhões para pouco mais de 5 milhões de moradores. A ampliação acrescentará 209 mil habitantes ao bloco regional e elevará de 34 para 50 o número de entes federativos integrados à estrutura. A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça antes de seguir para votação no plenário da Câmara e, posteriormente, no Senado.

Se aprovado, será um bloco maior que muitos estados

Apesar de pouco conhecida fora dos meios técnicos e administrativos, a RIDE-DF influencia diretamente o planejamento de uma área que hoje reúne 4,8 milhões de habitantes. Criada em 1998 para coordenar políticas públicas entre o DF, Goiás e Minas Gerais, a estrutura abrange atualmente 34 entes federativos e atua em temas como transporte, saúde, educação, segurança pública, saneamento e desenvolvimento regional. O projeto em discussão ampliaria esse universo para 50 integrantes e mais de 5 milhões de moradores. Os defensores da proposta afirmam que a mudança fortalece a articulação regional, facilita a captação de recursos federais e formaliza vínculos econômicos já existentes entre Brasília e municípios goianos. A expansão, contudo, também amplia o desafio de conciliar demandas de cidades fortemente conectadas ao DF com localidades situadas a centenas de quilômetros da capital. O debate, portanto, não envolve apenas novos municípios, mas também o modelo de governança regional que orientará o crescimento integrado da região nos próximos anos.

DIVULGAÇÃO



Esta será a primeira mostra naif realizada no MAB

MAB estreia hoje mostra de arte naïf

O Museu de Arte de Brasília (MAB) abre hoje (17) a exposição 'Mamáfrica – Ancestralidades Africanas entre Brasil e Cuba', primeira mostra de arte naïf realizada na história do equipamento cultural. A iniciativa reúne 68 artistas, sendo 45 brasileiros e 23 cubanos, e permanece em cartaz até 10 de janeiro. Além da exposição, o projeto promove uma ocupação cultural que amplia o uso do museu com programação voltada às artes visuais, economia criativa, gastronomia e intercâmbio internacional. Entre as atrações paralelas estão o complexo Brasília Diversa e Criativa e o Galpão das Artes, que reúnem artistas, coletivos, galerias e representantes diplomáticos de países africanos. A proposta também presta homenagem a nomes ligados à valorização da identidade cultural afro-brasileira e cria espaços para manifestações musicais, encontros culturais e ações voltadas ao mercado da arte. A programação busca consolidar o MAB como ponto de encontro entre produção artística, diversidade cultural e economia criativa.

Natal do Casapark aposta em interatividade

O Casapark abrirá sua temporada natalina nesta terça-feira (17) com uma proposta que troca o modelo tradicional de decoração por uma experiência centrada na convivência.

Assinada pelo diretor criativo Michell Lott, a instalação 'O Nosso Natal' terá como destaque uma mesa cenográfica de 12 metros de comprimento que poderá ser ocupada pelos visitantes.

A estrutura foi concebida a partir de um dos símbolos mais presentes das celebrações brasileiras: a ceia compartilhada entre familiares e amigos.

O projeto inclui ainda uma árvore contemporânea com 5,5 metros de altura e iluminação especial na Praça Central do shopping.

A programação segue até 4 de janeiro de 2027 e reúne apresentações culturais, concurso de vitrines decoradas com participação de arquitetos e designers de Brasília, além da tradicional passagem da Caravana de Natal da Coca-Cola.

Segundo a direção do empreendimento, a proposta busca transformar o período natalino em uma experiência de encontro, memória afetiva e ocupação coletiva dos espaços.

ASCOM CELINA LEÃO



Celina Leão define educação, saúde e infraestrutura como prioridades

Celina apresenta à bancada do DF prioridades para uso de emendas

Governadora pede "bom senso" dos parlamentares e defende diálogo

Por **Isabel Dourado**

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão, participou, na manhã desta segunda-feira (16), de uma reunião no Palácio do Buriti com deputados e senadores da bancada do DF para apresentar as prioridades na destinação de recursos provenientes de emendas parlamentares destinadas a atender às demandas da capital. Segundo a governadora, o foco será nas seguintes áreas: educação, saúde e infraestrutura.

"Desde quando eu assumi, nós melhoramos a execução orçamentária das emendas federais em 85% e essa é a nossa meta, executar 100% das emendas federais e até o ano que vem a gente vai estar com 100% das emendas antigas já em execução. Fizemos um compromisso daquelas áreas que a população mais demanda, que são as áreas de saúde, a área de infraestrutura", destacou Celina.

BOM SENSO

Em entrevista à imprensa, Celina afirmou que a destinação das emendas é dos parlamentares, entretanto ela pediu bom senso em relação às necessidades do Distrito Federal, especialmente na área da infraestrutura.

"A autonomia é dos nossos deputados federais, dos nossos senadores, mas eu tenho certeza que sempre é bom senso. Independentemente de serem deputados da base ou da oposição, quando veem o nosso compromisso de executar, há o compromisso deles de colocarem também naquelas áreas que cada um tem aí um perfil ou um compromisso, as emendas individuais", disse a governadora.

PONTE NO PARANOÁ

Na área da infraestrutura, Celina solicitou apoio para a realização de duas obras: a construção de uma nova ponte na região do Paranoá e a criação do Anel Viário do DF.

A principal função do projeto do Anel Viário é desviar o tráfego de caminhões e cargas que apenas cruzam o Distrito Federal (ligando o norte ao sul do país), tirando esse fluxo intenso de dentro de vias urbanas saturadas, como a EPIA e o centro de Brasília.

"Fiz alguns apelos específicos nas emendas de bancadas, algumas obras mais estruturantes que a gente precisa [realizar], como a ponte do Paranoá, que é uma ponte muito antiga. Precisamos fazer uma nova ponte. A gente falou também sobre o Anel Viário, que é uma obra muito importante."

CORREIO FLUMINENSE

POR **MARCELO PERILLIER**

DIVULGAÇÃO



Dados sobre a doença estão no painel Monitora RJ

Secretaria de Saúde divulgará dados da mpox no estado todos os dias

Agora, a Secretaria de Saúde passa a atualizar diariamente o número de casos notificados, confirmados e descartados da mpox no estado. De acordo com os dados apresentados no painel até 16 de novembro, o território fluminense confirmou 395 casos e um óbito, com aumento mais crescente a partir da Semana Epidemiológica 37 iniciada em 13 de setembro. O município do Rio de Janeiro concentrou o maior número de casos no decorrer do ano (71,2% do total estadual). A secretaria recebeu do Ministério da Saúde, no início de novembro, duas mil doses da vacina contra a doença. Todas foram destinadas à capital fluminense. A pasta aguarda nova remessa, para distribuir as demais cidades, mediante avaliação técnica, considerando o cenário epidemiológico local, as demandas das secretarias municipais e a disponibilidade em estoque.

Concessão do Estádio de Remo da Lagoa

O Governo do Rio publicou, no Diário Oficial desta segunda-feira (16), o edital de concessão de uso do Estádio de Remo da Lagoa. A iniciativa visa recuperar e preservar o patrimônio público, fomentar o esporte e o turismo, gerar receita sustentável e promover a valorização imobiliária da região. A concessão, com prazo de 20 anos, prevê investimentos obrigatórios de aproximadamente R$ 20 milhões por parte da concessionária, que deverá executar as intervenções no equipamento desportivo e no complexo em até 18 meses. Uma das obrigações do vencedor será a requalificação e o aproveitamento da arquibancada.

RIOTUR



Concessão prevê investimentos de aproximadamente R$ 20 milhões

Outorga e estimativas de receita

Segundo o plano de negócios, a receita bruta estimada no primeiro ano de operação plena é de R$ 13,9 milhões; já os custos operacionais estão estimados em R$ 4,5 milhões no primeiro ano, com reajuste anual de 5%. O critério de julgamento é a maior outorga anual oferecida, com valor mínimo de R$ 2.089.142,60 (ou 15% da receita bruta ordinária estimada, o que for maior). Haverá ainda outorga variável mensal de 15% sobre receitas acessórias de atividades pontuais e provisórias.

Atuação da concessionária vencedora

A concessão tem como objetivos estratégicos a requalificação urbana, a geração de empregos diretos e indiretos, o fomento ao turismo e ao esporte, além da recuperação e preservação do patrimônio histórico. A concessionária deverá atuar obrigatoriamente em pelo menos três segmentos complementares: polo gastronômico (restaurantes e bares), espaço multifuncional para eventos permanentes e sazonais e estacionamento (com mais de 320 vagas). O projeto também contempla lojas e quiosques, centro de convenções e integração com esportes náuticos, turismo e lazer.

Adiamento do ICMS de QAV

O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto sancionou, nesta segunda-feira (16), a Lei n° 11. 363, que permite o adiamento do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre operações com querosene de aviação (QAV) entre produtores e distribuidoras instaladas no estado e autorizadas pela ANP.

Duração de cinco anos

A medida contempla também as transferências de combustível entre unidades de uma mesma distribuidora que operam em aeroportos fluminenses. Nesses casos, o imposto será recolhido posteriormente, juntamente com o ICMS incidente sobre as vendas subsequentes do produto. O regime terá duração de cinco anos.

Créditos tributários

O Governo do Estado encaminhou à Alerj Projeto de Lei que institui o novo programa de negociação de créditos tributários, com descontos de até 95% de juros e multas e possibilidade de remissão parcial das dívidas, para quitação à vista e até dezembro deste ano. A proposta internaliza os convênios ICMS nº 111 e nº 114.

Arrecadação estadual

O principal objetivo da medida é o fortalecimento da arrecadação estadual, tanto em 2026 quanto nos próximos anos. A medida vai de encontro com o mecanismo que define 2026 como o último ano da janela de cálculo para estabelecer a fatia garantida a cada ente federativo. O programa vai permitir a renegociação de débitos de ICMS gerados até 30 de abril

Estimativas previstas

De acordo com as estimativas previstas pela Secretaria de Estado de Fazenda, cada R$ 1 adicional de receita obtido neste ano poderá representar cerca de R$ 6,50 na arrecadação distribuída por meio do IBS ao Estado entre 2029 e 2077. Além disso, o programa busca transformar em receita efetiva créditos tributários de difícil recuperação.

Pagamento até este ano

O pagamento da parcela única deve ser efetuado em até 5 dias úteis, contados a partir da formalização do pedido de ingresso, sendo a data limite da quitação 30 de dezembro. O contribuinte que não efetuar o pagamento nesse prazo terá a negociação dentro do programa anulada. Os procedimentos para adesão ao programa serão definidos pelo Poder Executivo.

MARCELO PERILLIER



Anderfábio tem a missão de por o Rio como um dos melhores do Ideb

Anderfábio Oliveira, assume a Educação do Estado do Rio

Professor tem a missão de por o Rio entre os melhores estados do Ideb

Por **Marcelo Perillier**

Dando sequência ao anúncio de sua equipe, o governador eleito Douglas Ruas anunciou, nesta segunda-feira (16), na sede da Firjan, no Centro do Rio, o novo secretário de Estado de Educação. Trata-se de Anderfábio Oliveira, licenciado em Matemática, especialista em Educação Especial e Gestão Escolar e mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. Anderfábio atua na rede pública do Paraná desde 2006 e desde 2023 é diretor de Educação.

"Eu assumo essa missão com muita humildade, com muito carinho, mas sobretudo com um sentimento de muita responsabilidade. Eu sou um professor de carreira, como já foi mencionado aqui, tive minha trajetória construída na escola pública, na sala de aula e na gestão educacional. E ao longo dessa trajetória, governador, eu pude perceber que é possível transformar a educação pública com planejamento, com comprometimento, com estratégias, mas acima de tudo, com pessoas", disse Anderfábio, ressaltando que está aberto ao diálogo com a classe:

"Quero dizer aos professores, aos nossos diretores que quero ser um secretário muito presente, dialogar muito, ouvir muito a nossa rede, eu já chamo de nossa, no intuito de desenvolvermos, obviamente, inspirado em outras experiências, mas ações e projetos específicos para a Rede Fluminense", finalizou.

Douglas Ruas explicou os motivos que o levou a buscar o secretário no estado do Paraná.

"Todas as nossas propostas que nós levamos ao debate durante o processo eleitoral, eu e a Fernanda fomos buscar o Anderfábio de Oliveira no estado do Paraná porque é uma rede pública estadual que conta com o maior número de escolas cívico-militares do Brasil. Lá são 345 escolas cívico-militares e, além disso, é a rede pública estadual que ocupa o primeiro lugar no Brasil [no ranking do Ideb]", salientou o governador eleito.

Tanto que a missão de Anderfábio já foi definida por Douglas: nos próximos quatro anos, pelo menos, o estado do Rio estar entre os dez primeiros colocados do ranking do Ideb no Brasil.

Além de Anderfábio, a equipe de Ruas tem a própria vice, Fernanda Louback, na secretaria de Políticas Inclusivas e da Mulher; Maria Gabriela Bessa, na Casa Civil; Anderson Monteze, em Planejamento, Gestão e Inovação; Lauro Rangel, Segurança Pública; coronel Gilbert dos Santos, chefe da PM; e delegado Robson da Costa Ferreira da Silva, novo chefe da Polícia Civil.

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

JOÃO VALÉRIO/GOVERNO DO ESTADO SP



Eleuses Paiva, que comanda a Saúde, deve deixar o governo Tarcísio

Saúde de SP amplia regras para evitar conflitos de interesse

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo estabeleceu novas regras para prevenir conflitos de interesses entre dirigentes e coordenadores. A Resolução SS nº 233, publicada na segunda-feira (16), exige declaração de possíveis conflitos em até dez dias após a posse, com renovação anual. A medida alcança áreas como assistência farmacêutica, contratos, orçamento e controle de doenças. O texto também obriga a divulgação de agendas públicas e proíbe o recebimento de presentes de empresas e particulares, com exceções previstas. Viagens, hospedagens e inscrições em eventos custeadas por entidades privadas dependerão de autorização, com divulgação dos benefícios. Quem já ocupa cargo abrangido e ainda não apresentou a declaração terá 30 dias para fazê-lo. O descumprimento poderá resultar em responsabilização administrativa e funcional.

Falta de verba para livros didáticos de 2027

O deputado federal Delegado Palumbo (Podemos-SP) apresentou, na segunda-feira (16), um requerimento de informações ao Ministério da Educação sobre o orçamento para a compra de livros didáticos destinados às escolas públicas em 2027. O parlamentar cobra esclarecimentos sobre uma possível falta de R$ 700 milhões para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Também solicita dados sobre contratos, recursos disponíveis e riscos de atraso na distribuição dos materiais no início do ano letivo.

KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pedido foi feito pelo deputado Delegado Palumbo (Podemos-SP)

Arsesp encerra redução da pressão de água

A Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo (Arsesp) determinou o fim das medidas excepcionais de redução da pressão da água durante a noite na Grande São Paulo. A decisão, publicada nesta segunda-feira (16), restabelece o regime normal de abastecimento após a recuperação dos reservatórios. Em 28 de outubro, o Sistema Integrado Metropolitano estava com 61,33% da capacidade, e o Cantareira, com 49,78%. A prestadora deverá informar os usuários sobre as mudanças e apresentar um balanço final das medidas adotadas.

Plano de Gestão de Riscos - SP Águas

A SP-ÁGUAS terá até 180 dias para apresentar um plano de gestão dos riscos de inundações no estado de São Paulo. As diretrizes, publicadas no Diário Oficial desta segunda-feira (16), preveem o mapeamento de áreas de risco, a integração de dados sobre chuvas e rios e o aperfeiçoamento dos sistemas de previsão e alerta. O plano deverá ser aprovado pelo conselho diretor da agência e revisado a cada quatro anos.

Agenda do Governador I

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) esteve reunido na segunda-feira (16) com dirigentes da Motiva, às 15h, e da Trivia Trens, às 16h30. Os encontros ocorrem após falhas na Linha 8-Diamante, que levaram à ameaça de rescisão contratual, e problemas operacionais da Trivia, cuja retomada integral está prevista para novembro.

Ação de improbidade

O Ministério Público de São Paulo ajuizou ação por improbidade administrativa contra o prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima (Podemos), e outras nove pessoas. O grupo é suspeito de envolvimento em um esquema de propinas em contratos públicos. A investigação resultou na apreensão de R$ 15,9 milhões e US$ 156,9 mil. O prefeito nega irregularidades.

Exploração de publicidade

A CPTM formalizou a substituição da Eletromídia pela Globo Comunicação e Participações no contrato de exploração de publicidade em trens e estações. A mudança, publicada no Diário Oficial de segunda-feira (16), decorre da incorporação societária da Eletromídia. O contrato abrange mídias digitais e estáticas, além da manutenção dos espaços.

Emergências em Parques

A Fundação Florestal de São Paulo estabeleceu novas regras para emergências em parques e áreas protegidas estaduais. A norma prevê apoio a buscas, isolamento de locais e acionamento de equipes de resgate. Funcionários ficam proibidos de divulgar imagens de vítimas, administrar medicamentos ou remover corpos sem autorização das autoridades.

Evento natalino no Jockey

O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) autorizou, no Jockey Club de São Paulo, a realização do evento Villa de Natal São Paulo, de 27 de novembro a 23 de dezembro, com espetáculos, personagens natalinos, decoração temática e gastronomia. A autorização foi publicada no Diário Oficial.

Patrimônio tombado

O governo de São Paulo autorizou a instalação temporária do Parque Casa das Caldeiras, na Água Branca, zona oeste da capital. O espaço histórico, que passou por restauração em 2026, prevê atividades culturais, feiras e eventos. A autorização, publicada nesta segunda-feira (16), é válida até 30 de abril de 2027 e inclui a montagem e desmontagem.

DIVULGAÇÃO/ALESP



Comissão de Assuntos Metropolitanos tem reunião nesta terça-feira(17)

Redistribuição de territórios municipais entra no radar da Alesp

Comissão discutirá pedido para unificar propostas sobre limites dos municípios

Da **Redação**

A Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) se reúne nesta terça-feira (17), às 15h30, para analisar seis itens da pauta. Entre eles está um requerimento da deputada Ana Carolina Serra (PSDB) que propõe unificar iniciativas legislativas sobre a transferência de partes do território de um município para outro vizinho.

O Requerimento 3541/2026 solicita que a comissão examine uma minuta de projeto de lei complementar para alterar a Lei Complementar Estadual nº 651, de 1990. A intenção é reunir propostas já apresentadas na Alesp e incorporar novas regras, com a participação dos integrantes da Comissão. Caso haja consenso, o novo projeto poderá ser apresentado em nome da própria comissão. Na justificativa, Ana Carolina Serra afirma que a iniciativa busca aproveitar as ideias em discussão na Casa e ampliar a participação da comissão nos processos de alteração territorial, "tornando os procedimentos mais técnicos e democráticos".

PROJETO JÁ APRESENTADO

A Alesp já analisa uma proposta sobre o mesmo assunto. O Projeto de Lei Complementar 11/2026, protocolado em junho por 17 deputados estaduais do PT, estabelece procedimentos para o desmembramento de áreas municipais e sua incorporação a cidades vizinhas.

O texto prevê estudo de viabilidade econômica e administrativa, coordenado pelo governo estadual, com prazo de 180 dias, prorrogável por igual período. Também estabelece audiências públicas e consulta à população por meio de plebiscito.

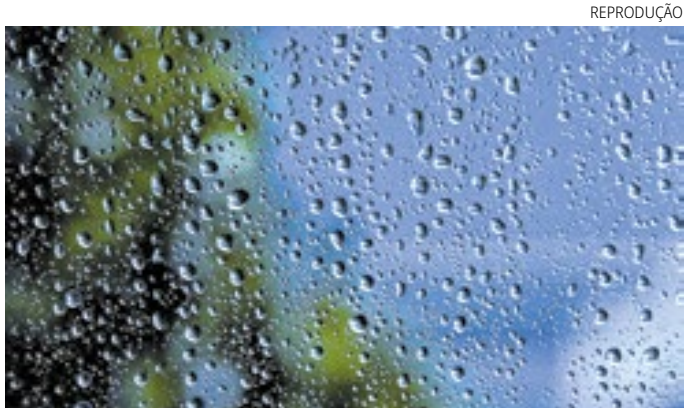
Outra exigência é a continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente saúde e educação, durante a transição entre municípios, se houver.

As iniciativas buscam adequar a legislação paulista à Lei Complementar Federal nº 230, de 15 de abril de 2026, que regulamenta o artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição Federal. A norma permite transferir parte do território de uma cidade para outra limítrofe, mediante estudo de viabilidade, plebiscito e aprovação de lei estadual, sem criar um novo município.

Pelo projeto, o processo de desmembramento de parte de Município para incorporação a outro limítrofe poderia partir a pedido de um prefeito, deputado ou do próprio governador. O texto foi protocolado em 19/junho/2026 e está na Comissão de Justiça e Redação da Casa.

CORREIO
NORDESTE

REPRODUÇÃO



Salvador e Maceió têm temporais nesta semana

Chuva forte atinge litoral nordestino nesta semana

A faixa litorânea do Nordeste começa a semana com previsão de chuva forte, principalmente entre a Bahia e Alagoas. No inicio da semana, Salvador e Maceió têm previsão de temporais, enquanto o interior da região e o oeste do Maranhão devem registrar tempo mais seco e temperaturas elevadas. A tendência para os próximos 3 dias é de chuva no litoral, com mudança a partir de quinta-feira (19). Em Salvador, há previsão de trovoadas e chuva forte nesta segunda, com possibilidade de precipitação também na terça-feira (17) e na quarta-feira (18). Em Maceió, são esperadas trovoadas, mas o tempo deve ficar parcialmente nublado nos dias seguintes. O alerta de chuva forte e risco de alagamentos abrange as 2 capitais nesta segunda e terça-feira. Nas demais capitais, a probabilidade de chuva é menor. Fortaleza, João Pessoa, Recife e Natal devem ter períodos de sol entre nuvens.

Ceará supera Pernambuco nas exportações

O Ceará passou a ocupar a 3ª posição entre os maiores exportadores do Nordeste, após superar Pernambuco no acumulado de janeiro a outubro de 2026. As vendas cearenses ao mercado internacional somaram US$ 1,99 bilhão, crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período de 2025. Os dados são do estudo Ceará em Comex, elaborado pelo Centro Internacional de Negócios do Ceará, ligado à Federação das Indústrias do Estado do Ceará, com informações do Ministério do Desenvolvimento (MDIC).

FOTO: GOVERNO DE SP



Estado exportou US$ 1,99 bilhão entre janeiro e outubro

Marechal Deodoro recebe sede do governo

O governo de Alagoas será transferido temporariamente para Marechal Deodoro na segunda-feira (16), em comemoração aos 137 anos da Proclamação da República. A mudança simbólica da sede administrativa ocorre no município onde nasceu Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil. A programação inclui solenidade cívica, atividades culturais e ações institucionais. A iniciativa também integra as celebrações pelo aniversário de emancipação política da cidade, fundada em 1636.

Mutirão na BA transfere 298 pacientes

A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia realizou um mutirão para acelerar a transferência de pacientes que aguardavam atendimento especializado. Entre 7h e 12h, 298 pessoas foram encaminhadas para mais de 60 unidades de saúde. Mais da metade seguiu para hospitais do interior. A ortopedia respondeu por 20% dos casos. A mobilização também contemplou pacientes de clínica médica, vascular e neurologia.

Conquista

O Hospital Regional do Agreste (HRA), em Caruaru, conquistou o 3º lugar na categoria Qualidade e Segurança do Paciente da XXVIII Exposição da Qualidade e Segurança Einstein, em São Paulo. O prêmio reconheceu o projeto de implantação do time de resposta rápida, que identifica sinais de agravamento clínico.

Ação da Polícia

A Polícia Militar do Ceará (PMCE) prendeu, no último final de semana, uma mulher de 23 anos suspeita de homicídio em Juazeiro do Norte. Ela foi localizada em um imóvel abandonado no Centro, após buscas em bairros próximos ao local do crime. No endereço, os policiais apreenderam a faca utilizada na ocorrência.

Representatividade

O estudante sergipano Emmanuel de Moraes, de 15 anos, será palestrante na ExpoTEA 2026, em São Paulo. Aluno do Colégio Estadual Senador Leite Neto, em Aracaju, ele atua desde os 11 anos na conscientização sobre o autismo. O evento será realizado de 27 a 29 de novembro, no Pro Magno. Esta será a segunda participação do adolescente.

Esporte

A Bahia terá equipes masculina e feminina na etapa nacional da Taça das Favelas 2026, em Curitiba (PR). Os times de Irecê e Santo Amaro (Sítio Camaçari) conquistaram as vagas após vencerem a edição estadual. Ao todo, 54 pessoas, entre atletas e integrantes das comissões técnicas, viajaram no domingo (14). Programação começa hoje (17).

Cultura

O Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS CE) recebe, de 17 a 22 de novembro, programação de arte e tecnologia. Nos dias 17 e 18, será realizado o III Seminário de Arte e Tecnologia. De 19 a 22, o espaço abriga o NewImages OnTour, mostra inédita no Brasil, com 24 trabalhos de mais de dez países. As atividades são gratuitas e incluem oficinas.

Manifestação

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, manifestou solidariedade às famílias atingidas pelas chuvas em Ruy Barbosa, Rafael Jambeiro, Ubaíra e Santo Estêvão. Técnicos da Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado (Sudec) acompanham a situação. O envio de ajuda humanitária depende da decretação de emergência.

INCRA/PB



O primeiro PAE Pesqueiro da Paraíba foi criado em março deste ano

Paraíba cria terceiro projeto de assentamento pesqueiro

Área de 461,8 hectares será destinada a 26 famílias de pescadores

Da **Redação**

A Paraíba passou a contar com 3 Projetos de Assentamento Agroextrativista Pesqueiro (PAEp) com a criação do Território Pesqueiro Praia da Penha, em João Pessoa. A medida foi oficializada pela Portaria nº 2.296/2026, de 27 de outubro, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 12 de novembro. Com 461,8 hectares, a área prevê o atendimento de 26 unidades familiares de pescadores artesanais. A portaria autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Paraíba a iniciar a seleção das famílias para inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A modalidade, criada pelo Incra, é destinada a áreas com recursos extrativistas e permite que populações tradicionais desenvolvam atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis. Nos projetos pesqueiros, o reconhecimento busca assegurar a permanência das comunidades nos territórios ocupados historicamente, o acesso a políticas públicas da reforma agrária e a continuidade da pesca artesanal.

O Território Praia da Penha é o 3º projeto dessa modalidade criado na Paraíba em 2026. O primeiro foi o PAE Território Barra de Mamanguape, instituído em março, com cerca de mil hectares nos municípios de Rio Tinto e Marcação e destinado a 63 famílias. Em agosto, foi criado o PAE Território Gurugi da Praia, no município do Conde, com 18,7 hectares para 14 famílias de pescadores artesanais.

O Incra na Paraíba também avança na implantação das áreas. No PAE Gurugi da Praia, foram emitidos os Contratos de Concessão de Uso (CCU) das famílias beneficiárias. Em Barra de Mamanguape, as famílias receberam recursos do Crédito Instalação, na modalidade Apoio Inicial. A Divisão de Obtenção de Terras do Incra na Paraíba conduz estudos para criar pelo menos outros 3 projetos em diferentes regiões do estado.

A inclusão no PNRA resulta da articulação entre o Incra, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), a Secretaria do Patrimônio da União, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e organizações representativas de pescadores artesanais.

CORREIO NORTE

ASCOM MA



Recurso de até R$ 6,5 milhões poderá apoiar projetos

Governo de Roraima estrutura adesão a financiamento

O Governo de Roraima estrutura a participação no Programa Tecnova 2026/2027, que poderá destinar até R$ 6,5 milhões a projetos de empresas inovadoras. A iniciativa é promovida pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima (Faperr), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Roraima (Sebrae/RR). Conforme carta-convite da Finep, o Estado poderá solicitar até R$ 7,22 milhões em recursos federais: R$ 6,5 milhões para projetos empresariais e R$ 720 mil para suporte operacional. A liberação depende da aprovação da proposta estadual. Poderão participar empresas com faturamento anual de até R$ 16 milhões. Cada projeto poderá receber de R$ 250 mil a R$ 500 mil ou de R$ 450 mil a R$ 700 mil. As empresas também deverão investir recursos próprios.

Rondônia aplica quase 15 mil doses

A 5ª edição da campanha Vacinação sem Fronteira aplicou quase 15 mil doses de vacinas em um período de 10 dias, com ações em municípios de Rondônia e áreas de difícil acesso. A iniciativa do Governo do Estado foi coordenada pela Agência Estadual de Vigilância em Saúde (Agevisa-RO), mobilizou várias equipes estaduais e municipais para atualizar cadernetas de vacinação e ampliar o atendimento em comunidades rurais, ribeirinhas e regiões de fronteira.

ASCOM RO



Quase 15 mil doses aplicada no estado

Concurso público da carreira de Procurador

O governador Clécio Luís autorizou a realização do 3º concurso público para a carreira de Procurador do Estado do Amapá. A seleção tem como objetivo recompor o quadro funcional da Procuradoria-Geral do Estado do Amapá (PGE-AP), que atualmente possui 50 procuradores, com 3 cargos vagos. A próxima etapa será a formação da comissão organizadora e a escolha da banca responsável pelo certame. Ainda serão definidos o número de vagas, as regras e o cronograma. O último concurso foi realizado em 2018 e homologado em 2019.

Governadora Mailza inaugura ponte no ramal

A governadora Mailza Assis (PP) inaugurou, no último domingo (15), uma ponte sobre o igarapé São Raimundo, no ramal Vai Se Ver, na zona rural de Rio Branco. A estrutura atende mais de 300 famílias de 8 comunidades e facilita o deslocamento de moradores, estudantes e professores, além do transporte da produção agrícola. A construção teve participação dos moradores, que doaram a madeira utilizada.

Licença

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas emitiu licença para a Estação de Tratamento de Esgoto do Residencial Tabatinga. A autorização permite o funcionamento do sistema que atenderá 264 moradias da primeira etapa, com entrega prevista pela prefeitura para dezembro. A estação poderá tratar 105,6 mil litros de esgoto por dia.

Educação

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura prevê formar 40.277 estudantes do ensino médio em 2026, nos 22 municípios do Acre. Do total, 30.716 são da zona urbana e 9.661 vivem na zona rural. O levantamento abrange quase 600 escolas. Em Rio Branco, cerca de 180 alunos da Escola Henrique participaram de uma despedida.

Ações

O Instituto de Defesa do Consumidor realizou ações de orientação e fiscalização em Pracuúba, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes, no Amapá. Durante as inspeções, aproximadamente 200 produtos com prazo de validade vencido foram recolhidos de um estabelecimento em Pracuúba, que também foi autuado e terá 20 dias para apresentar defesa.

Ativismo

A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania inicia, em 18 de novembro, os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A programação segue até 9 de dezembro, na capital e no interior, com rodas de conversa, palestras e cursos. A rede estadual conta com 19 serviços de acolhimento e registrou 8.883 atendimentos.

Programa

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) encerrou a modalidade Extrativista na Reserva do Alto Tarauacá, em Jordão, no Acre. Foram atendidos 27 produtores. Os recursos são do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A execução envolve a Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri).

Clima

O governo do Amazonas informou que 165.008 famílias foram afetadas pela estiagem no estado, segundo boletim divulgado. Ao todo, 50 municípios estão em situação de emergência e outros 12 permanecem em alerta. O levantamento da Defesa Civil também aponta que 39 municípios apresentam alerta para a qualidade do ar.

DIVULGAÇÃO/FVS



O índice atual representa um crescimento expressivo

Amazonas contabiliza 197 mil doses de tríplice viral

Índice estadual supera a meta do Ministério da Saúde e chega a 96,80%

Da **Redação**

O Amazonas alcançou 96,80% de cobertura vacinal contra o sarampo em 2026, índice acima da meta de 95% estabelecida pelo Ministério da Saúde. Até 14 de novembro, o estado havia aplicado 196.899 doses da vacina tríplice viral. Os dados foram divulgados pelo Governo do Amazonas, por meio da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto. O percentual supera o resultado registrado em 2025, quando a cobertura estadual terminou em 89,70%.

A vacina tríplice viral é oferecida nas Unidades Básicas de Saúde. A orientação da FVS-RCP é que a população verifique a situação vacinal e procure uma unidade de saúde para atualizar as doses, caso haja pendência. O esquema varia conforme a idade: crianças a partir de 1 ano e pessoas até 29 anos devem receber 2 doses; para quem tem entre 30 e 59 anos, a recomendação é de 1 dose. A imunização integra as medidas de prevenção e vigilância adotadas. As ações são realizadas em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e as Casas de Saúde Indígena (Casai). Na região da tríplice fronteira, que inclui Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, a estratégia prevê vacinação indiscriminada de pessoas a partir de 6 meses de idade. A medida segue orientação do Ministério da Saúde após a identificação de casos na região e busca ampliar a proteção e interromper a circulação do vírus. O sarampo é uma doença infecciosa transmitida principalmente pelo ar, por gotículas e aerossóis liberados quando pessoas infectadas tossem, espirram, falam ou respiram. Entre os sintomas estão febre alta, manchas vermelhas pelo corpo, tosse, coriza e conjuntivite. A infecção pode causar complicações, sobretudo em crianças pequenas e pessoas com maior risco de agravamento. Por isso, a vacinação é apontada como principal forma de prevenção.

A cobertura de 96,80% supera em 1,80 ponto percentual a meta nacional. O resultado também representa aumento de 7,10 pontos percentuais em relação a 2025. A FVS-RCP orienta os moradores a consultar a caderneta e procurar atendimento nas UBS para verificar também a necessidade de atualização das doses.

CORREIO SUL

DIVULGAÇÃO/FECOMÉRCIO-SC



Pesquisa da Fecomércio-SC ouviu representantes de 339 empresas

SC: 54% das empresas não estão preparadas para adotar a escala 5x2

Uma pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio SC), realizada com 339 empresas, aponta que 54% estão pouco ou nada preparadas para o fim da escala 6×1 e a redução da jornada de 44 para 42 horas. Outros 59% pretendem aumentar preços para compensar despesas. A dificuldade é maior entre negócios menores: 73% das empresas com um funcionário não estão preparadas, ante 55% das que têm de dois a nove empregados e 46% das que possuem dez ou mais. Entre os entrevistados, 84% adotam a escala 6x1. Destes, 58% relatam baixa preparação e 13% se consideram bem ou totalmente preparados. Para se adaptar, 45% citam reorganizar jornadas, folgas, escalas e horários; 18% ainda não definiram medidas. A alternativa que teve o maior número de menções foi a dos turnos rotativos, com folgas em fins de semana e dias úteis (43%).

Paraná já colheu 80% da safra da mandioca

A colheita da mandioca já ultrapassou 80% da área plantada no Paraná, e o preço médio ao produtor subiu cerca de 7% em outubro, ante o mesmo mês de 2025. Os dados são do boletim do Departamento de Economia Rural (Deral). A área prevista para colheita em 2026 é de 154 mil hectares, com produção de 3,8 milhões de toneladas. Chuvas entre setembro e novembro dificultaram os trabalhos. Na suinocultura, o quilo do animal vivo foi negociado a R$ 6,01 no Norte do Paraná, em outubro, alta de 32% ante setembro.

JOSE FERNANDO OGURA/DIVULGAÇÃO/IDR-PR



Preço ao produtor avançou cerca de 7% em outubro deste ano

SC terá chuva e risco de temporais nesta semana

O Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Ciram-SC) prevê chuva e risco de temporais isolados entre esta terça (17) e a próxima sexta-feira (20). Hoje, há possibilidade de precipitação à tarde em boa parte do estado. Amanhã, a instabilidade avança do Oeste ao Vale do Itajaí. Na quinta e na sexta, pancadas podem atingir todas as regiões. As temperaturas seguem elevadas, com máximas de 25°C a 32°C. No Litoral, pode chover na madrugada e no início da manhã de terça e de quinta-feira.

UFRGS critica aprovação do PLP 299/26 no Senado

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aponta riscos com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/26, aprovado pelo Senado. A proposta prevê ajuste de R$ 56,1 bilhões em 2027 e altera regras dos pisos constitucionais da saúde e da educação. A UFRGS critica a exclusão das receitas de petróleo e gás do cálculo do piso da saúde. A instituição buscará a reversão desses pontos junto ao governo e ao Congresso.

Prevenção a desastres

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) promove hoje (17), em Santo Ângelo (RS), uma oficina e um seminário sobre prevenção e resposta a desastres. A programação integra o Missões da Justiça e Cidadania e abordará os planos de contingência municipais e a articulação com Defesas Civis, gestores públicos e sociedade.

Falso advogado é preso

A Justiça de Lages (SC) condenou um homem por dez casos de estelionato e cinco de falsificação de documentos. Ele se passava por advogado e usava dados de um profissional inscrito na seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Clientes pagaram por serviços jurídicos, mas descobriram que as providências não foram adotadas.

Acelera MEI no Paraná

O Sebrae do Paraná promove, em Ponta Grossa (PR), entre os dias 23 e 27 deste mês, a primeira edição do Acelera MEI. A programação gratuita é voltada a microempreendedores individuais (MEI) e inclui oficinas, palestras e orientações sobre crédito, gestão e vendas. As inscrições podem ser feitas pela internet, no site do programa.

Xis Gaúcho em destaque

Porto Alegre (RS) recebe, no sábado (21) e no domingo (22), a primeira edição do FeXISval, festival dedicado ao xis, no Parque Harmonia. O evento reúne 15 lancherias, que oferecerão versões de xis salada, vegetariano e especial da casa. A programação, das 12h às 22h, também inclui shows, atividades para crianças e votação dos melhores xis.

Divulgação científica

Uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre fungos do solo nos Campos de Altitude do Sul do Brasil foi publicada na revista internacional Fungal Biology. O estudo, de Kelmer Martins Cunha e outros pesquisadores, analisa a diversidade desses organismos e sua atuação na decomposição da matéria orgânica no solo.

Mês da Consciência Negra

A Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba (PR), promove, na quarta (18), na quinta-feira (19) e no próximo dia 26, atividades gratuitas em referência ao Dia da Consciência Negra. A programação inclui rodas de conversa sobre a história da população negra, exibição de documentário sobre comunidades quilombolas e oficina de bonecas abayomi.

AGÊNCIA BRASIL



Cerimônia visa reforçar agenda de memória e reparação no país

RS recebe 26 certidões retificadas de vítimas

Ação corrigem registro de mortos e desaparecidos no regime militar

Da **Redação**

O Governo do Brasil realizou na segunda-feira (16), em Porto Alegre (RS), a 9ª Solenidade de Entrega de Certidões de Óbito Retificadas de pessoas mortas e desaparecidas durante a ditadura militar brasileira (1964–1985). Ao todo, 26 documentos estão aptos para entrega aos familiares. A cerimônia começa às 15h, no auditório da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, e reúne representantes do poder público e parentes das vítimas.

A iniciativa é conduzida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e pelo Ministério Público Federal (MPF). A secretária-executiva do MDHC, Caroline Reis, participará do evento, assim como representantes da CEMDP. A solenidade integra o calendário de ações da comissão voltadas à promoção da justiça de transição e será a quinta entrega de certidões realizada em 2026.

A retificação dos registros busca corrigir a causa das mortes para indicar a ação violenta do Estado durante a repressão política e também registrar a responsabilidade do Estado pelas mortes. A medida atende à Resolução nº 7 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Resolução nº 601/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelecem a correção dos documentos. As alterações contemplam pessoas nascidas, mortas ou desaparecidas no Rio Grande do Sul, casos ocorridos no estado e pedidos de familiares que solicitaram receber as certidões.

A revisão dos registros é feita em parceria com o CNJ e o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais. A cerimônia reunirá familiares, integrantes da CEMDP e autoridades dos poderes Executivo e Judiciário. A entrega integra as políticas de memória, verdade e reparação relacionadas às violações cometidas durante a ditadura.

A solenidade será realizada no auditório da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 700, no bairro Praia de Belas, em Porto Alegre. O início está marcado para as 15h desta segunda-feira (16). A organização informou que veículos de imprensa interessados em acompanhar a atividade devem realizar credenciamento junto ao Ministério dos Direitos Humanos.

CORREIO
NO MUNDO

RED CROSS, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Projeção de guerra com a Rússia ligou alerta nos governos europeus

Europa pede que população prepare kits de sobrevivência

O governo do Reino Unido decidiu pedir à população que se prepare para o pior. Desde 22 de outubro, uma campanha nacional batizada de "Be Ready" (esteja pronto) orienta os moradores a montar, em casa, um kit de emergência: água engarrafada e comida não perecível para três dias, lanterna, rádio a pilha ou de manivela, kit de primeiros socorros, dinheiro em espécie, cópias de documentos pessoais, entre outros itens.

No material oficial, o pretexto é climático e de infraestrutura: ondas de calor, secas e enchentes capazes de interromper o fornecimento de água, luz e telefone. O texto da campanha não menciona guerra ou conflito armado.

Quem fez a ponte com a guerra foi o secretário de Defesa, Wes Streeting, que passou a citar publicamente ciberataques e conflito armado entre os riscos a enfrentar.

Vendas de produtos do kit aumentaram

Dois dias depois do lançamento, em artigo no jornal The Daily Telegraph, ele escreveu que o Reino Unido tem pouco mais de mil dias para se preparar para lutar ao lado de aliados, já que adversários, leia-se a Rússia, podem reunir até 2030 capacidade militar e econômica suficiente para um ataque. Dez dias depois do lançamento, segundo levantamento da consultoria Worldpanel by Numerator, as vendas de álcool em gel saltaram 83% no Reino Unido, as de água engarrafada subiram 67% e as de alimentos enlatados, 37%, na comparação com 2025.

UK GOVERNMENT, OGL 3, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Wes Streeting escreveu artigo que ligou o alerta na população

Outros países da Europa estao aderindo

A rede Princes, fabricante de enlatados, confirmou alta na procura por atum, carne e vegetais em conserva. Não houve corrida ao pânico: "o crescimento veio de mais gente acrescentando os itens recomendados à compra semanal, não de carrinhos lotados", disse Fraser McKevitt, chefe de inteligência de varejo e consumo da Worldpanel.

A campanha segue o padrão já adotado por França, Irlanda e Holanda, que recomendam aos cidadãos o mesmo horizonte de três dias de autossuficiência.

Comissão Europeia apresenta diretrizes

Segundo o ministro britânico de Segurança, Dan Jarvis, isso deve colocar o país "em linha com os pares europeus, onde esse tipo de orientação já é parte normal da vida cotidiana".

A urgência britânica ecoou em Bruxelas. Em 3 de novembro, apenas 12 dias após o lançamento do "Be Ready", a Comissão Europeia apresentou suas próprias diretrizes para a preparação da população no Fórum Europeu de Proteção Civil.

Acessibilidade de avisos

O documento, assinado pela comissária de Igualdade, Preparação e Gestão de Crises, Hadja Lahbib, recomenda aos 27 países do bloco que ajudem os cidadãos a se manterem autossuficientes nas primeiras 72 horas de uma crise, além de integrar o tema aos currículos escolares desde a educação infantil e tornar a comunicação de riscos mais acessível.

Dia Europeu da Preparação

A Comissão também propôs um Dia Europeu da Preparação, que deve ser celebrado todo 23 de outubro a partir de 2027. "A preparação começa em nossas casas, em nossas escolas, em nossas comunidades", afirmou Lahbib. O mesmo movimento aparece na reorganização dos exércitos que integram o bloco europeu.

Exército alemão

A Alemanha, que extinguiu o serviço militar obrigatório em 2011, criou em janeiro um novo sistema: todo jovem alemão ao completar 18 anos passa a receber um questionário obrigatório sobre disponibilidade para servir. O alistamento em si segue voluntário por enquanto no país, mas pode mudar muito em breve.

Alistamento feminino

A lei já prevê que o Parlamento possa decretar recrutamento compulsório caso as metas de recrutamento voluntário — elevar a reserva militar de 100 mil para 200 mil efetivos e ampliar o total de forças mobilizáveis do país para 460 mil soldados — não sejam atingidas. A Dinamarca passou recentemente a incluir mulheres no alistamento militar obrigatório.

Guerra híbrida

A chamada guerra híbrida, na qual o agressor camufla sua identidade em atos menores, como sabotagem, tem espaço diário na imprensa. Em 2 de novembro, redes de supermercados na Suécia, Bélgica e em outros países europeus informaram que tiveram freezers e geladeiras atacados por hackers, com superaquecimento acima de 50°C, destruiu alimentos.

Moscou é a suspeita

Em outubro, o governo francês apontou o Irã como responsável de caso similar. Na maioria dos episódios, porém, a suspeita é a Rússia, já que o centro de pesquisa holandês contra o terrorismo, soma mais de 180 episódios desse tipo atribuídos ao país desde 2022.

Por João Caminoto (Folhapress)

KHAMENEI.IR, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Vice-ministro das Relações Exteriores, Kazem Gharibabadi concedeu entrevista

Irã só permitirá inspeção nuclear após final da guerra contra EUA

Agência vinculada à ONU pediu que Irã permita visita de inspetores aos poucos

Por **Folhapress**

O regime do Irã somente permitirá que os inspetores da ONU visitem suas instalações nucleares danificadas caso aconteça o fim da guerra em curso no Oriente Médio, com os Estados Unidos aceitando suas condições, disse o vice-chanceler do país.

A AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) pediu na semana passada a Teerã que adotasse "passos graduais" para permitir o acesso de inspetores às suas instalações nucleares, algo que está suspenso desde a Guerra dos 12 Dias, travada com Israel em junho de 2025.

"Não concederemos à AIEA acesso às instalações até que as condições do Irã sejam cumpridas e a guerra tenha terminado de forma permanente", disse o vice-ministro das Relações Exteriores, Kazem Gharibabadi, em uma entrevista no domingo (15). As instalações nucleares iranianas foram severamente bombardeadas no conflito do ano passado, que também teve a participação dos EUA.

A infraestrutura foi novamente atingida na guerra começada em 28 de fevereiro deste ano, com os ataques conjuntos de americanos e israelenses que mataram o então líder supremo Ali Khamenei.

Inspetores da AIEA visitaram em setembro a usina nuclear de Bushehr, mas não obtiveram acesso a outros locais bombardeados, como Natanz, Fordo ou Isfahan.

Gharibabadi disse que o pedido da agência para inspecionar as instalações "provavelmente tinha como objetivo avaliar a eficácia do armamento americano".

A organização teme que o regime iraniano esteja enriquecendo urânio com o intuito de se tornar o décimo país conhecido a possuir bombas nucleares.

Em uma entrevista à Folha de SP em junho, o diretor-geral da agência, Rafael Grossi, afirmou que é importante que Teerã cumpra suas obrigações ante o Tratado de Não Proliferação Nuclear.

"Desde [os ataques americanos ao programa nuclear iraniano em 2025], nós não tivemos acesso a essas instalações. É importante estabelecer que o Irã está cumprindo suas obrigações ante o Tratado de Não Proliferação Nuclear", afirmou.

Segundo a agência, é impossível saber se o Irã está buscando algum uso bélico para os 441 kg de urânio enriquecido que seus técnicos estimam estar em mãos do regime dos aiatolás. O país acusa o diretor-geral de ser conivente com as decisões americanas, o que Grossi nega.

CORREIO ESPORTIVO

POR **PEDRO SOBREIRO**

LUCIANA VERMELL/CBF



Internacional venceu as meninas do Flamengo por 1 a 0 e levou a taça

Internacional bate o Flamengo e é campeão da Copa do Brasil Feminina

O Internacional é o campeão da Copa do Brasil Feminina 2026. As Gurias Coloradas conquistaram o título inédito diante de 20.097 torcedores, que compareceram à decisão na tarde deste domingo (15) no Beira-Rio, em Porto Alegre, para ver ss donas da casa venceram por 1 a 0, com um placar agregado de 4 a 1, ao ampliarem a vantagem de dois gols sobre o Flamengo no jogo de ida, na quarta-feira (11), no estádio Luso-Brasileiro, no Rio de Janeiro.

As Gurias Coloradas começaram a partida com Sole Jaimes e Valéria puxando o ataque e criando mais oportunidades. Diante do ritmo imposto pelo Internacional, o Flamengo só conseguiu chegar na área com maior perigo aos 15 minutos, mas a bola foi fraca e a goleira pegou com tranquilidade.

A melhor finalização rubro-negra no primeiro tempo foi com Jucinara aos 25 minutos.

Fla joga bem, mas não supera as Coloradas

A lateral esquerda chutou forte após uma confusão na pequena área, mas a goleira Barbieri fez boa defesa, afastando por cima do gol. A partir daí, as Meninas da Gávea assumiram mais a posse de bola, dando equilíbrio ao jogo. Aos 31 minutos, Sole Jaimes fez a torcida presente vibrar, ao balançar a rede depois de Bianca cabecear uma bola alçada na área a partir de uma cobrança de falta, mas o lance foi revisado e o gol, anulado. Com mais disputas, Pati Llanos e Cristiane receberam cartões amarelos.

LUCIANA VERMELL/CBF



Final da Copa do Brasil Feminina 2026 reuniu 20.097 torcedores

Gols e substituições agitaram o segundo tempo

Na volta do intervalo, Celso Silva fez modificações no time rubro-negro: colocou Brendha e Fabi Simões no lugar de Mariana Fernandes e Fernandinha, respectivamente. As coloradas conseguiram ampliar a vantagem aos 13 minutos do segundo tempo, com Pati Llanos. Em um contra-ataque eficiente, Barbieri lançou uma bola longa para Sole Jaimes, que brigou no meio de campo e fez bom passe para Valéria avançar pela direita e deixar Pati Llanos em condição de só empurrar para o fundo do gol.

Emoção até o último lance do jogo

Na tentativa de diminuir a desvantagem, o técnico do Flamengo fez mais substituições, com a entrada de Sofia Couto, Laysa Costa e Fabiola Sandoval. Fred Constantino também mexeu no time, colocando Joana, Mayara Vaz, Caty, Sarah Maciel e Paulinha no jogo. As Gurias Coloradas tiveram mais chances, assim como Laysa, Djeni e Cristiane, do lado adversário. Um gol da atacante do Fla, aos 45 do segundo tempo, também foi anulado.

Mudança de mentalidade

O atacante Vinicius Junior destacou o aprendizado da Seleção Brasileira nos amistosos desde a Copa do Mundo, em entrevista coletiva nesta segunda (16). Consciente da pressão e da necessidade de resultados, ele enfatizou a importância da comissão técnica testar novos jogadores na equipe, e que ele deve assumir a responsabilidade.

Assumir a responsabilidade

Aos 26 anos, o camisa 7 é o atleta com mais jogos nesta Data FIFA, com 58. Chamado pela primeira vez em 2019, hoje soma cerca de 3.950 minutos em campo pela Amarelinha e reconhece a responsabilidade que ele e outros experientes têm que assumir, enquanto outros atletas dão seus primeiros passos na Seleção Brasileira.

Deixar os jovens livres

"Os mais jovens têm que vir para cá curtir, desfrutar e jogar sem responsabilidade. Eu já joguei duas Copas do Mundo e a responsabilidade maior tem que ser minha por ter bagagem maior, por ser um dos melhores do mundo", afirmou o camisa 7 da Seleção Brasileira e do Real Madrid, durante a coletiva de imprensa em Singapura.

Evoluir e aprender

"Já posso assumir esse papel [de referência] para que jovens como Endrick, Estevão e outros possam aprender e evoluir para que eu, Raphinha, Marquinhos, Magalhães e Bruno Guimarães defendam e assumam essa responsabilidade", frisou Vinicius Junior. Ele também falou sobre a derrota para o Japão no último amistoso.

Frustração pela derrota

"Fica a frustração por não termos ganhado o jogo (contra o Japão), mas estamos em período de preparação com muitos jogadores novos. Estamos nos conhecendo, o Japão tinha 15 ou 16 jogadores da Copa do Mundo e nós não tínhamos tanto. Tem sido um bom teste e estamos aprendendo com os adversários que temos enfrentado", explicou.

Final da Copa do Mundo

De olho na Copa do Mundo de 2030, que será realizada majoritariamente na Espanha, Marrocos e Portugal, o presidente da RFEF (Real Federação Espanhola de Futebol) Rafael Louzán afirmou que "não existe outro plano que não seja a final ser na Espanha". Ele fez essa afirmação contra os rumores de que a FIFA poderia levar a final para o Marrocos.

RAFAEL RIBEIRO/CBF



Brasil enfrentará a seleção de Singapura pela primeira vez na história

Seleção Brasileira se despede de 2026 contra Singapura

Ano melancólico termina nesta terça (17), em amistoso contra os donos da casa

Da **Redação**

O Brasil disputa seu último jogo em 2026 nesta terça-feira (17), diante de Singapura, às 7h (de Brasília), no Estádio Nacional de Singapura. Além de encerrar os compromissos da Amarelinha neste ano, a partida representa também o primeiro embate na história entre as seleções.

Para este jogo, o técnico Carlo Ancelotti não poderá estar à beira do campo, pois recebeu cartão vermelho no fim do amistoso com o Japão, no sábado (14). O auxiliar técnico Francesco Mauri irá substituí-lo na beira do gramado. Já Bruno Guimarães assumirá a braçadeira de capitão no lugar de Raphinha, também suspenso após expulsão.

Entre os nomes confirmados por Ancelotti para o inédito confronto, estão Rayan, que será testado no meio de campo. No ataque, o Brasil terá Vinicius Jr., Estêvão e Endrick.

– Nós estamos em um período em que estamos fazendo testes, tomando em consideração que cada jogo para nós é muito importante. Então, nós vamos fazer alguns testes também no jogo (contra Singapura), mas a prioridade é jogar bem primeiro e ter um bom resultado, respeitar o time oponente – comentou Carlo Ancelotti, em entrevista coletiva nesta segunda-feira (16).

A Seleção vem da derrota sofrida para a seleção do Japão por 3 a 2, em duelo que teve dois golaços de Vinicius Jr., fazendo com que o camisa 7 chegasse a 100 gols marcados com a camisa verde e amarela. O adversário desta terça, Singapura, também perdeu seu último confronto, no amistoso contra o Paraguai, por 4 a 1 na sexta-feira (13). No entanto, como todos já sabem, Singapura não é parâmetro de adversário para seleções que sonham com algo grande. Independentemente do resultado, a intenção deste amistoso é testar opções para Ancelotti, visando a Copa América.

Vale destacar que o técnico italiano não vem de um 2026 proveitoso. Após a eliminação para a Noruega na Copa do Mundo, a Seleção Brasileira vem apresentando um futebol com ainda menos brio e esquema tático em campo. A sensação de um time à deriva vem incomodando torcedores, que cobram bem mais que resultados: cobram estilo de jogo.

O amistoso terá transmissões ao vivo de TV Globo (TV aberta), sportv (tv à cabo), ge tv e Globoplay (streaming). Dentro de campo, a equipe de arbitragem será tailandesa.

FLAG KINGS É CAMPEÃO do Brasileirão de Flag Football

Gigantes cariocas conquistaram o Brasileirão da modalidade pelo terceiro ano consecutivo

Por **Redação**

FOTOS YAN BARROS / CBFA



Flag Kings venceu o Brasileirão Série A de flag football pela terceira vez consecutiva, consolidando a cultura esportiva do projeto carioca na modalidade



Arthur Scalco, do Flag Kings, foi eleito o MVP de defesa da SuperFinal do Brasileirão

O Flag Kings entrou para a história do flag football brasileiro neste domingo (15). A equipe carioca venceu o Sorriso Hornets (MT) por 40 x 34, na SuperFinal Zurich, disputada no Parque CERET, em São Paulo, e conquistou pela terceira vez consecutiva o título da Série A do Brasileirão masculino.

A decisão teve uma reação impressionante do time mato-grossense, que chegou a estar 27 pontos atrás e terminou a partida a apenas um touchdown de empatar o placar. Campeão também em 2024 e 2025, o Kings tornou-se o primeiro tricampeão consecutivo da competição. A conquista encerra uma campanha de sete vitórias em sete partidas, mantendo a equipe invicta durante toda a Série A de 2026.

A final começou com vantagem do Sorriso Hornets, que abriu o placar em seu primeiro ataque. A resposta do Kings veio rapidamente, mas o momento decisivo da primeira etapa foi a sequência de interceptações da defesa carioca. O Hornets teve três posses de bola interrompidas, e o adversário aproveitou as oportunidades para ampliar a vantagem até 34 x 7.

O time de Mato Grosso ainda marcou antes do intervalo e voltou para o 2º tempo disposto a mudar a história da decisão. Mesmo depois de o Kings ampliar para 40 x 14, o Hornets continuou reagindo. Com touchdowns de Adner Sánchez e Pablo, além de mais uma pontuação de Adner e uma conversão de dois pontos, a equipe reduziu a diferença para 40 a 34. A reação, porém, parou a seis pontos do empate, e o Flag Kings confirmou o título.

TRICAMPEONATO FOI CONSTRUÍDO EM UMA DÉCADA DE TRABALHO

A conquista representa mais do que a manutenção de uma sequência de títulos. Para o técnico campeão, Diego Barros, a longevidade do projeto está diretamente ligada à cultura construída dentro do Flag Kings, que tem o lema "são todos bem-vindos, fica quem quer". O grupo reúne atletas de diferentes gerações e passou por períodos de derrotas antes de alcançar o atual ciclo de conquistas.

– Vivemos um esporte ainda predominantemente amador, então os desafios para manter uma equipe treinando e os atletas concentrados ao longo do ano são sempre muito grandes. Ao longo dos anos, temos a chegada de novos atletas e a saída de outros. Fazer todo mundo estar alinhado com a cultura da equipe é um grande desafio. O mérito é de cada pessoa nessa engrenagem, que faz o coletivo se sobressair e nos mantém competitivos – disse.

Barros também destacou a importância dos valores compartilhados pelo grupo. O treinador está no flag football desde 1999, integra o Kings desde 2015 e enfatizou que o saldo é de mais derrotas do que vitórias no caminho. Para Diego, a mentalidade de Michael Jordan e Kobe Bryant o inspira a manter uma cultura vencedora de não focar no fracasso, mas aprender com ele para ter sucesso, no esporte e na vida.

O MVP de defesa da SuperFinal, Arthur Scalco, destacou que a conquista exigiu capacidade de superar os próprios resultados. Antes do torneio nacional, o Kings havia perdido o regional, resultado que, segundo ele, aumentou a motivação da equipe para a disputa da Série A.

– É muito difícil não se acomodar. Ganhar três vezes é consequência do nosso trabalho, não é sorte. É engraçado que a gente não tem dimensão do peso que é sermos os primeiros tricampeões brasileiros consecutivos de flag. Vou contar aos meus netos, com certeza – comentou.

TRÊS ESTADOS NO PÓDIO

Além do Flag Kings (1º) e do Sorriso Hornets (2º), a Locomotiva (MG) terminou a competição na 3ª colocação.

O resultado colocou representantes de Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro no pódio da Série A, garantindo aos jogadores das três equipes a Bolsa Atleta. Para a presidente da CBFA, Cristiane Kajiwara, a edição de 2026 mostrou o equilíbrio e a evolução do nível competitivo entre as principais equipes do país.

– Foi um campeonato de altíssimo nível, com vários jogos decididos por pouquíssimo, por uma posse. Tivemos muitas surpresas da fase regular até a classificação para os playoffs, além de revelações. Isso mostra o quanto a competitividade da Série A está evoluindo. O Hornets, por exemplo, tinha um elenco muito jovem e conseguiu chegar à final. Foi muito bacana acompanhar esse nível de competição – celebrou.

A presidente também destacou a presença de Locomotiva e Vasco Almirantes entre os quatro melhores times do Brasil, em uma região com alto número de equipes e forte concorrência, que é o Sudeste. Em 2026, foram 12 equipes de 10 estados, representando as cinco regiões do país. A competição teve fase de grupos, semifinais, disputa pelo 3º lugar e a SuperFinal Zurich.

Com mais de 740 quilômetros de extensão, o corredor vai conectar as cidades mineiras de Arcos, Lavras e Varginha a municípios do interior do Rio

ARQUIVO PMBM



CSN entre empresas interessadas no leilão do CORREDOR FERROVIÁRIO MINAS-RIO

Com menos de um mês para a disputa, marcada para 17 de dezembro, MRS, Croncremat e Porto Seco Sul de Minas também estão na lista

Por **Sônia Paes**

SÔNIA PAES/CSF



Para CSN, concessão pode fortalecer a logística de transporte de cargas minerais e ampliar as alternativas de conexão entre Minas e o litoral fluminense

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está entre as empresas que estudam participar do leilão do Corredor Ferroviário Minas-Rio, marcado para o próximo dia 17 de dezembro, na sede da B3, em São Paulo. Faltando menos de um mês para a disputa, o projeto desperta o interesse de pelo menos quatro grupos empresariais, segundo informações divulgadas pela Folha de São Paulo. Além da CSN, estão entre os interessados a MRS Logística, a Concremat e o Porto Seco Sul de Minas. Ainda não há confirmação sobre a apresentação de propostas pelas empresas.

Outro interessado é a Concremat, empresa brasileira de engenharia controlada pelo grupo chinês CCCC (China Communications Construction Company), uma das gigantes estatais do setor de infraestrutura da China. Já o Porto Seco Sul de Minas opera um terminal alfandegado em Varginha (MG) e atua na logística de exportação de café. A cidade mineira está localizada em uma das extremidades de um ramal incluído no projeto.

CRONOGRAMA E EDITAL

O cronograma do leilão prevê a entrega das propostas em 14 de dezembro. A entrega deve ser feita por meio eletrônico, na plataforma da B3. O próximo passo será dado três dias depois, em 17 de dezembro, data marcada para a sessão pública. O edital estabelece ainda uma rodada de lances em viva-voz. Isso depois da abertura e a classificação das propostas.

O edital prevê a divisão do trecho, atualmente operado pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), em dois lotes. O primeiro compreende a ligação entre Iguatema (MG) e Barra Mansa (RJ), incluindo o ramal ferroviário entre Varginha e Lavras, em Minas Gerais. Já o segundo abrange o percurso entre Barra Mansa e Angra dos Reis, no Sul Fluminense.

CSN DE OLHO NO TRANSPORTE DE MINERAIS

Um dos fatores que ajudam a explicar o interesse da CSN no leilão é o potencial do corredor ferroviário para o transporte de minerais. A empresa possui uma das maiores operações integradas de transporte e logística de minerais do Brasil, movimentando cargas como minério de ferro, carvão mineral, coque, calcário e dolomita. Esses produtos abastecem suas próprias unidades industriais, entre elas a Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), além de atenderem a terceiros e serem destinados à exportação.

Com forte atuação nos setores siderúrgico e de mineração, a CSN pode encontrar na nova malha uma alternativa estratégica para ampliar sua capacidade logística, otimizar o transporte de insumos e facilitar o escoamento da produção mineral.

CONEXÃO DE MUNICÍPIOS E COMMODITIES

Com mais de 740 quilômetros de extensão, o corredor ferroviário vai conectar as cidades mineiras de Arcos, Lavras e Varginha a municípios do interior do Rio de Janeiro, como Barra Mansa, além de Angra dos Reis, no litoral fluminense. Os trechos, atualmente inoperantes, poderão viabilizar o transporte de cargas agrícolas e minerais, ampliando a integração logística entre os dois estados.

A reativação da ferrovia representa uma oportunidade para o escoamento de diferentes commodities produzidas em Minas Gerais. No Sul do estado está concentrada uma das principais regiões produtoras de café do país, responsável por mais de um terço da produção brasileira. A ligação ferroviária com o porto de Angra dos Reis poderá oferecer uma alternativa ao transporte rodoviário e aos corredores portuários mais congestionados, como o de Santos (SP).